

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

**TAMARA CHAVES CALDAS MAFRA**

**PRIMAZIA AO MELHOR INTERESSE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES  
NAS VARAS DE FAMÍLIA DA CAPITAL**

Depto de Serviço Social  
Defendido e Aprovado TCC  
Em 02/07/2010

  
Rosana Maria Gaio  
Coord. de Estágio e TCC  
Curso de Serviço Social/CSE/UFSC

**FLORIANÓPOLIS  
2010.1**

**TAMARA CHAVES CALDAS MAFRA**

**PRIMAZIA AO MELHOR INTERESSE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES  
NAS VARAS DE FAMÍLIA DA CAPITAL**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, como exigência parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profa. MSc. Rita de Cássia Gonçalves.

**FLORIANÓPOLIS  
2010.1**

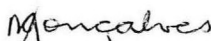


**TAMARA CHAVES CALDAS MAFRA**

**PRIMAZIA AO MELHOR INTERESSE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES  
NAS VARAS DE FAMÍLIA DA CAPITAL**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel de Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

**Banca Examinadora**



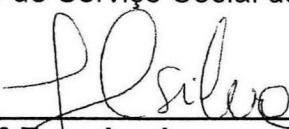
**Orientadora**

Profa. MSc. Rita de Cássia Gonçalves  
Departamento de Serviço Social da UFSC



**1ª Examinadora**

Profa. Dra. Maria Del Carmem Cortizo  
Departamento de Serviço Social da UFSC



**2ª Examinadora**

Tânia Aparecida Campos da Silva  
Assistente Social

**Florianópolis  
2010.1**

Ao meu pai (in memoriam) por me amar até o fim e à minha mãe por continuar me amando. Ao meu "maninho" por ser mais que meu irmão. E aos meus filhos, Thays e Jônatas, por me proporcionarem a maravilha de amar de forma inexplicável. Sem vocês isto não seria possível!

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela paciência de Pai ao longo desses quatro anos e meio, pela presença constante e pelo amor concreto que me fez encontrar forças para continuar a caminhada em busca do conhecimento e crescimento profissional.

Aos meus filhos, Thays e Jônatas, meus presentes de Deus que me inspiraram tantas vezes. Obrigada meus amores, por entenderem a falta de paciência da mamãe nos dias de cansaço, as não idas à pracinha para estudar e fazer trabalhos, enfim, a “ausência” da mamãe em alguns momentos. Mas, não duvidem de que vocês sempre estiveram e estão em meus pensamentos, inclusive, foram muitas vezes os motivos de continuar. Amo vocês dois, tanto, que chega a doer no meu peito!

A minha mãe, Nidia “Bugra” Maфра, por ser essa mulher fantástica, referência tão importante nos momentos de decisão, e, que me ensinou na prática a amar os “excluídos” com o amor de Cristo.

Ao meu maninho, Josué, que mesmo sendo muito mais alto que eu e muitas vezes (quase sempre) mais maduro, será sempre o “maninho”, meu amigo, irmão, adversário, professor, crítico, advogado, enfim, meu único irmão, mas, Deus me deu com certeza o melhor...

A Erika, minha irmã agregada, que mesmo depois de partir para o Japão, sei que suas orações por minha vida não cessaram. Foi muito bom ter uma irmã mais velha, mesmo que por pouco tempo. Aprendi e aprendo muito com tua vida.

Agradeço a minha orientadora e professora MSc. Rita de Cássia Gonçalves de forma especial, por ter aceitado o desafio de construir ao meu lado o presente trabalho, pela paciência e dedicação. A aproximação oportunizada nos dois últimos semestres fez-me admirá-la ainda mais.

À professora Dra. Maria Del Carmem Cortizo, por cooperar na construção inicial deste trabalho e por aceitar participar de minha banca na condição de examinadora. Estendo este agradecimento também à professora Cristiane Claudino que aceitou participar de minha banca como examinadora suplente.

À “minha” supervisora de campo de estágio, assistente social Tânia Aparecida Campos da Silva, referência profissional ímpar. Agradeço a Deus por ter

oportunizado nosso encontro e permitido nossa convivência durante praticamente um ano de estágio, afinal, sua postura profissional e seus ensinamentos foram e serão marcantes em minha formação profissional. Agradeço por aceitar ter participado de minha banca como examinadora. Da mesma forma agradeço à assistente social Angelika Frank, minha “co-supervisora” de campo, que também contribuiu em minha formação. Vocês duas foram maravilhosas! Ensinaram-me de forma singular e significativa. Obrigado pela paciência, carinho, dedicação e claro pelas boas risadas.

Agradeço aos meus amigos Adriano e Simone, vocês foram fundamentais no momento mais difícil da minha vida. Quando meu pai partiu para a Glória, vocês me ajudaram a construir um novo chão onde trilhar. Obrigado pelas risadas, lágrimas, brigas, lanches, e principalmente, obrigado pela minha afilhada linda, Rafaela. Lindinha, a dinda te ama!

Aos meus amigos que contribuíram com trocas de experiências e conhecimentos. Àqueles com quem pude desabafar, por proporcionarem momentos em que pude ser apenas eu, sem os compromissos universitários. O amor e carinho de cada um de vocês me acalmaram muitas vezes.

Aos meus familiares por compreenderem minha ausência; à minha célula pelas orações e confidências, em especial aos meus líderes, Denise e Davi, pela paciência e parceria; aos meus amigos, todos, até os sumidos (essa é pra ti Roberta) e os que eu deixei de lado, me perdoem! Enfim, a todos vocês que de alguma forma contribuíram na formação dessa mulher a qual me tornei, se existem culpados são vocês!

Tamara Chaves Caldas Mafra

*Quem convive muito com crianças  
descobre que nenhuma ação externa  
sobre elas permanece sem uma ação  
recíproca.*

(Johann Goethe)

## RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso consiste na apresentação de um estudo realizado sobre a intervenção profissional do assistente social nas Varas de Família da Capital, sob a perspectiva da primazia ao melhor interesse de crianças e adolescentes. O foco de análise reside na documentação elaborada pelo consolidado do parecer técnico do profissional frente à decisão judicial junto aos processos das 1ª e 2ª Varas de Família da Comarca da Capital, compreendendo o período entre agosto de 2009 e março de 2010. A construção deste trabalho deu-se partindo da origem e organização atual da instituição do Poder Judiciário Catarinense, bem como, a inserção do Serviço Social no campo sócio-jurídico, na então Vara de Menores, e, posteriormente, nas Varas de Família. Após tais colocações, direcionado à intervenção profissional do Serviço Social propriamente dita, elencando bases teórico-metodológicas, instrumentais técnico-operativos apropriados pela categoria e as atribuições específicas dos assistentes sociais no campo sócio-jurídico. Ressaltando-se a elaboração de estudos sociais dentro dos processos judiciais envolvendo crianças e adolescentes, incidindo diretamente em seus direitos e nos deveres dos responsáveis sobre eles, enquanto seres em desenvolvimento. Tentaremos demonstrar a construção dos estudos sociais tendo, como foco o melhor interesse de crianças e adolescentes quanto ao subsídio às decisões judiciais em ações de guarda, visitas, tutela, alimentos, e demais questões que interferem nos direitos de crianças e adolescentes. Este trabalho ainda compreende pesquisa documental – Estudos Sociais – que serviram do foco de análise da pesquisa junto ao Sistema de Automação do Judiciário (SAJ). Nesta lógica do trabalho apresenta a análise dos conteúdos dos pareceres técnicos nos processos sobre os quais houve a intervenção profissional de uma das assistentes sociais da 2ª Vara de Família da Capital, bem como, as sentenças/decisões e demais encaminhamentos judiciais após entrega de Estudo Social. As análises dos conteúdos, compreendendo as informações e dados têm como parâmetro o fazer profissional do assistente social, por meio principalmente de trabalho sócio-educativo direcionado às famílias pertencentes aos processos, com plausibilidade na *Primazia ao melhor interesse de crianças e adolescentes* envolvidos nos processos de litígio. O trabalho se sustenta por meio da utilização de legislações referentes ao direito de família, bem como, o direito da criança e do adolescente. Inclui, portanto, uma fundamentação teórica definindo como principais autores: **Simões** (Curso de direito de Serviço Social, 2008), **Oliveira** (Trabalho com famílias: eixos metodológicos da intervenção, 2008), **Miotto** (Família e Serviço Social – Contribuições para o debate, 1997), **Gonçalves** (Direito civil brasileiro, 2007) e **Fávero** (Serviço Social, direitos e prática profissional, 2009).

**Palavras-chave:** Primazia ao melhor interesse da criança, direito da criança e do adolescente, família em litígio, parecer técnico, intervenção profissional do assistente social.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Origem dos Processos.....	54
Quadro 02: Nomeação das Ações.....	54
Quadro 03: Direção de análise quanto a Guarda.....	55
Quadro 04: Elementos desencadeadores do parecer técnico.....	56
Quadro 05: Aspectos singulares quanto à regulamentação de visitas.....	56
Quadro 06: Litígios resolvidos em consenso.....	57

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2 PODER JUDICIÁRIO E O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL.....</b>	<b>13</b>
2.1 ORIGEM E ORGANIZAÇÃO ATUAL DA INSTITUIÇÃO EM SANTA CATARINA.....	13
2.2 ESPAÇO DO SERVIÇO SOCIAL: GÊNESE E ATUAL INSERÇÃO.....	16
2.3 DIREITO DE FAMÍLIA.....	23
2.3.1 Litígios envolvendo direitos de crianças/adolescentes.....	24
2.3.2 O Serviço Social no Direito de Família.....	30
<b>3 O FAZER PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL.....</b>	<b>32</b>
3.1 INTERVENÇÃO PROFISSIONAL NAS VARAS DE FAMÍLIA DA CAPITAL.....	32
3.1.1 Bases teórico-metodológicas.....	35
3.1.2 Instrumental técnico-operativo e ações profissionais.....	36
3.2 OS ESTUDOS SOCIAIS NOS PROCESSOS NAS VARAS DE FAMÍLIA.....	44
3.2.1 Processualidade das ações profissionais.....	49
3.3 TOMANDO A CRIANÇA E O ADOLESCENTE COMO SUJEITO CENTRAL DA INTERVENÇÃO.....	50
<b>4 A PRÁXIS DO ASSISTENTE SOCIAL NA DEFESA DO DIREITO.....</b>	<b>52</b>
4.1 METODOLOGIA DO ESTUDO EM FOCO.....	54
4.1.1 Levantamento de dados.....	55
4.2 RELEVÂNCIA DE ELEMENTOS APONTADOS NA AÇÃO PROFISSIONAL.....	58
4.3 PARECER TÉCNICO PRIMANDO O MELHOR INTERESSE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES.....	67
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>70</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>75</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>81</b>



ANEXO A – POEMA: A LIBERDADE NO HORIZONTE.....	81
ANEXO B – MODELO ESTUDO SOCIAL DO JUDICIÁRIO CATARINENSE.....	83

## INTRODUÇÃO

O Serviço Social teve sua inserção no campo sócio-jurídico, inicialmente, na área da Infância e Juventude. Nesse período, o assistente social tinha sua ação voltada a assessorar os juízes nas questões de “menores<sup>1</sup>”. Importando destacar que a requisição por profissionais de Serviço Social para intervir junto às demandas que adentram no campo sócio-jurídico ocorreu devido às transformações por que passou e que continua a se modificar a sociedade brasileira, no que se refere às novas relações sociais. Acarretando transformações também no âmbito das configurações e dinâmicas familiares, implicando na inserção do assistente social nas Varas de Família da Capital do Estado em 1981.

A configuração atual da instituição do Tribunal de Justiça da capital catarinense no seu quadro de recursos humanos, conta com profissionais de Serviço Social em suas Varas de Execuções Penais, da Infância e Juventude e também nas duas Varas de Família.

Nas Varas de Família os profissionais de Serviço Social exercem funções distintas e competências específicas, diante de múltiplas áreas de conhecimento. Apresentando-se profissionalmente capacitados para atuarem junto às autoridades judiciais competentes nas Varas em questão.

Cabe ordenar também que esse espaço profissional abre oportunidades para a realização de estágio curricular para acadêmicos da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, possibilitando uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção nesse espaço sócio institucional, objetivando a capacitação de estudantes de Serviço Social para o exercício profissional.

Desta forma o contato com a temática de família foi oportunizado durante o período de dois semestres, pela inserção de estágio na 2ª Vara de Família do Fórum da Capital. Porém, o direcionamento do tema deste trabalho deu-se em função da observação de que direitos de crianças e adolescentes têm sido violados no próprio âmbito familiar, levando o assistente social a intervir com sua ação profissional na efetivação de “Primazia ao melhor interesse da criança e do adolescente”.

---

<sup>1</sup> Menores era a denominação para fazer referência às crianças e aos adolescentes, no primeiro (1927) e segundo (1979) Códigos de Menores brasileiros.

Compreendendo o espaço profissional não somente no reconhecimento de demandas imediatas, mas, também como espaço de possibilidades de sistematização de informações e conhecimentos, potencializou a experiência de estágio curricular obrigatório na construção do presente trabalho. Para melhor compreender essa realidade estabelecemos por objetivo discutir a intervenção profissional do assistente social na área de família, tendo como foco a defesa dos direitos de crianças e adolescentes inseridos nas famílias em litígio. Para tanto optamos por fazer um recorte considerando os processos nos quais ocorreu a participação do profissional de Serviço Social, no período compreendido entre agosto de 2009 e março de 2010. O foco de análise reside na documentação elaborada pelo consolidado do parecer técnico do profissional de Serviço Social frente à decisão judicial junto aos processos das 1ª e 2ª Varas de Família da Comarca da Capital, conforme detalharemos a seguir.

A construção deste trabalho foi elaborada tendo em sua primeira seção, considerações acerca da origem e organização atual da instituição do Poder Judiciário Catarinense, relacionando a forma como a esfera foi constituída e como se encontra organizada na contemporaneidade. Além disso, abordará a inserção do Serviço Social no campo sócio-jurídico, na então Vara de Menores, bem como nas Varas de Família, lócus de realização do estudo citado.

A segunda seção terá como direção a intervenção profissional do Serviço Social propriamente dita, abordando suas bases teórico-metodológicas, instrumentais técnico-operativos apropriados pela categoria no campo sócio-jurídico e as atribuições específicas dos assistentes sociais nas Varas de Família da Capital. Ressaltando-se a elaboração de estudos sociais dentro dos processos judiciais que envolvem crianças e adolescentes, incidindo diretamente em seus direitos e nos deveres de pais e responsáveis sobre eles, enquanto seres em desenvolvimento. Tentar-se-á demonstrar a construção dos estudos sociais tendo, como foco o melhor interesse da criança e/ou adolescente quanto a subsidiar a definição de decisões judiciais em questões de guarda, visitas, tutela, alimentos, e demais questões que interferem nos direitos de crianças e adolescentes.

A terceira seção compreende a pesquisa documental – Estudos Sociais – que serviram do foco de análise da pesquisa junto ao Sistema de Automação do Judiciário (SAJ). Nesta lógica do trabalho apresenta a análise dos conteúdos dos pareceres técnicos nos processos sobre os quais houve a intervenção profissional

da assistente social da 2ª Vara de Família da Capital, supervisora de campo de estágio (no qual me inseri enquanto acadêmica); bem como, as sentenças/decisões e/ou demais encaminhamentos judiciais após entrega de Estudo Social. Para realização do estudo proposto serão analisados os processos, advindos das 1ª e 2ª Varas de Família, recebidos pela profissional durante os meses de agosto/2009 a março/2010. As análises dos conteúdos, compreendendo as informações e dados têm como parâmetro o fazer profissional do assistente social, por meio principalmente de trabalho sócio-educativo direcionado às famílias pertencentes aos processos, com plausibilidade na *Primazia ao melhor interesse de crianças e adolescentes* envolvidos nos processos de litígio.

As considerações finais apresentam as reflexões para o Serviço Social quanto às ações profissionais explicitadas a partir do parecer técnico profissional junto aos estudos sociais realizados nos processos de famílias, destacando sua intervenção junto aos sujeitos envolvidos nos processos requisitados para o universo de análise. Observam nessa inferição considerações pautadas com base no eixo de trabalho sócio-educativo, a situação na qual se encontram proporcionando um novo modo de vislumbrar o contexto de litígio, visando confirmar à proposição levantada no presente estudo e que motivaram sua realização.

## 2 PODER JUDICIÁRIO E O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL

### 2.1 ORIGEM E ORGANIZAÇÃO ATUAL DA INSTITUIÇÃO EM SANTA CATARINA

Com a República em 1889, e a instituição do federalismo em 1891, finda a organização de justiça única e em substituição vê-se o sistema dual – Justiça Federal e Justiça dos estados. A partir desse momento, cada unidade da federação passaria a adotar as suas constituições e leis, respeitando-se os princípios constitucionais da União.

Diante disto, a Constituição Catarinense de 1891, em seu artigo 49, definiu que os três poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário – seriam independentes e harmônicos entre si, e instituiu o chamado Superior Tribunal de Justiça como órgão de segunda instância, “com as atribuições que a lei confere aos tribunais desta categoria”.

Assim, é instalado em 1º de outubro de 1891 o Tribunal de Justiça de Santa Catarina, através dos atos e decretos assinados por Gustavo Richard, outrora vice-governador que assumiu o governo do Estado diante da desistência de Lauro Müller, primeiro governador nomeado da República.

Quando instalado, o Tribunal se compunha de cinco desembargadores nomeados pelo Governo do Estado, um escrivão de apelações, um secretário com atribuições administrativas, um porteiro, um contínuo e um oficial de justiça. Por não possuir sede própria, ocupava as instalações da Casa da Câmara, cedidas pelo Poder Executivo.

A primeira Constituição republicana Catarinense, no seu artigo 47 define a estrutura da Justiça em Santa Catarina: “O Poder Judiciário do Estado é exercido por um Superior Tribunal de Justiça, com sede na Capital; pelos Juízes de Direito e seus suplentes, com jurisdição nas respectivas comarcas; por Tribunais do Júri; por Tribunais Correccionais; e por Juízes de Paz, nos respectivos distritos”. (SANTA CATARINA, 1891).

Com o Dec. 112, de 16/09/1891, o território catarinense foi dividido em 14 comarcas, possuindo cada uma seu respectivo Juiz de Direito.



O Tribunal de Justiça permanece como órgão máximo do Poder Judiciário em Santa Catarina, com sede na Capital, Florianópolis, e jurisdição<sup>2</sup> em todo território estadual. É, atualmente, composto por 50 desembargadores que têm a função de julgar, em segunda instância, os processos oriundos da justiça estadual, bem como, em primeira instância, matérias de sua competência segundo a legislação vigente.

Apesar de órgão máximo da Justiça Estadual, ainda assim, subordina-se aos Tribunais Superiores que exercem jurisdição em todo território nacional, jurisdição dita extraordinária tem como objetivo consolidar a interpretação da legislação pátria. Portanto, estes analisam as decisões dos Tribunais Estaduais e Tribunais Regionais em grau de recurso, unificando a jurisprudência do ordenamento jurídico.

Em Santa Catarina, o Poder Judiciário tem seu território jurisdicional subdividido em 110 comarcas, nas quais atuam 384 Magistrados, os quais, somados aos servidores em outras funções do Poder Judiciário, perfazem um efetivo funcional de aproximadamente 7.626 pessoas.

O Tribunal de Justiça catarinense, denominado Palácio da Justiça Ministro Luiz Gallotti, ocupa um complexo arquitetônico no Centro Cívico Tancredo Neves, composto de dois prédios e um anexo, no qual funcionam o Tribunal Pleno, o Auditório e o Museu do Judiciário. Ao lado desse complexo fica a sede do Foro da Capital, a qual ainda tem parte de sua estrutura alocada ao anexo Des. Eduardo Carneiro da Luz.

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina “tem por sua missão “humanizar” a justiça, assegurando que todos lhe tenham acesso, garantindo a efetivação dos direitos e da cidadania, com eficiência na prestação jurisdicional”. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA, 2009)

Tem como objetivos gerais a promoção da Justiça e a defesa do Estado Democrático de Direito, cumpridos por meio de análise em segunda ou primeira instância de fatos e sua correlata subsunção a lei. E por objetivo específico uniformizar as decisões dos juízes de Santa Catarina, garantindo aos cidadãos uma segurança jurídica quanto aos atos que forem realizar, e sabendo assim, com

---

<sup>2</sup> Jurisdição é definida por ROCHA como “a função de atuação terminal do direito exercida, preponderantemente, pelos órgãos do Poder Judiciário, independentes e imparciais, compondo conflitos de interesses mediante a aplicação da lei através do devido processo legal.”

análise dos posicionamentos do TJ/SC, a melhor interpretação para a aplicação das leis federais e estaduais.

Para estabelecer melhor compreensão quanto à inserção enquanto profissão do assistente social faz-se necessário conceituar alguns termos jurídicos, ainda que espalhados em muitas obras e trabalhos textuais, que não são compreendidos em sua especificidade técnico-jurídica; bem como, indicar novas organizações e estrutura no âmbito. Não é enfoque deste se aprofundar em temas da processualística do Direito, por tanto, os conceitos e definições colacionados não tem por escopo esgotar o assunto, mas, tão-somente a elucidação.

O Estado exerce três funções básicas, a saber, Legislativa, Administrativa e Jurisdicional; exercidas como típicas, respectivamente, pelo Poder Legislativo, Executivo e Judiciário. Sobre este último explica TOURINHO FILHO que “é aquela função do Estado consistente em fazer atuar, pelos órgãos jurisdicionais, que são os Juízes e Tribunais, o direito objetivo a um caso concreto, obtendo-se a justa composição da lide” (2006.p.49).

Ante a soberania estatal, este poder exerce com exclusividade a chamada “jurisdição”, esta exercida pelo Estado caracteriza-se como poder-dever do Estado para aplicação da Justiça. Assim, explicita Liebman que “o escopo da jurisdição é tornar efetiva a ordem jurídica e impor, por meio dos órgãos estatais adequados, a regra jurídica concreta que, por força do Direito vigente, deve regular determinada situação jurídica” (*apud* TOURINHO FILHO, 2006. p. 50).

Entretanto, mesmo soberano, o Estado não tem capacidade de exercer, diante da vastidão territorial, da diversificação de lides, do tamanho populacional, a jurisdição sem certa organização. Motivo este, que faz a Constituição elencar órgãos e dividir o exercício da jurisdição entre eles. Destaque-se que a jurisdição não perde sua unicidade, contudo é exercida por cada órgão de forma a viabilizar uma eficácia ao Estado em seu exercício.

Sobre tal subdivisão, explica Manzini (*apud* TOURINHO FILHO, 2006. p. 76) que “embora a função jurisdicional, no que respeita a toda sua manifestação, seja em si mesma (isto é, considerada em abstrato), uma e idêntica, o órgão investido dessa função não pode exercê-la, indiferentemente, a respeito de qualquer assunto e em qualquer parte do território”.

Defini-se, então, competência como “o âmbito, legislativamente delimitado, dentro no qual o órgão exerce o seu Poder Jurisdicional” (TOURINHO

FILHO, 2006. p. 76). Os estados que compõem a República Federativa do Brasil, na organização territorial deste exercício, dividem-se em

pequenas áreas territoriais chamadas 'comarcas', cujas lindes estão fixadas nas Leis de Organização Judiciária. Em cada comarca (e são várias), haverá um Juiz de Direito que exercerá a sua função jurisdicional dentro na respectiva área. Dependendo do número da população e do movimento forense (número de feitos), poderá haver na comarca dois ou mais Juizes de Direito (TOURINHO FILHO, 2006. p. 91).

O crescimento populacional dentro da área das comarcas e a diversificação das lides acarreta a necessidade de uma divisão por especialização de acordo com a matéria. Criam-se, então, as varas especializadas. Alguns exemplos são: Vara de Família, Vara Criminal e Vara Civil. O Judiciário, a fim de garantir o acesso da população, organiza-se em estruturas para concentração de seus serviços, estruturas essas denominadas de Fórum.

O Fórum é uma instituição de caráter público, subordinado ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina, abriga a estrutura de Primeiro Grau do Poder Judiciário. Esta tem como objetivos gerais administrar a Justiça da Comarca em que se localiza com o julgamento de ações, somando-se a prestação de serviços de interesse público.

Quanto aos objetivos específicos: realizar o julgamento de questões e demandas relacionadas a leis, zelando por um fiel cumprimento; dentro do Direito Civil: resolver questões de litígios legais; Direito Criminal: intervir na liberdade individual daqueles que infringirem as leis provocando lesões a bens tutelados pelo direito (vida, integridade física, dentre outros); Direito Tributário: julgar ações no âmbito da Fazenda Pública; Executar atos administrativos, no que se refere à administração de recursos humanos do Fórum, e manutenção de sua estrutura organizacional; por fim, desenvolver atividades sócio-jurídicas.

## 2.2 ESPAÇO DO SERVIÇO SOCIAL: GÊNESE E ATUAL INSERÇÃO

A par de compreender o fazer profissional do assistente social no campo sócio-jurídico é preciso situá-lo no âmbito histórico das relações sociais que contribuíram para a construção de uma trajetória, cuja direção e função sociais dos serviços prestados estão determinadas pela divisão sóciotécnica do trabalho judicial.



Demandas novas são apresentadas historicamente ao sistema judiciário pela sociedade, e, diante das implicações das ações levadas ao Poder Judiciário, deu-se no ano de 1972, a inserção do Serviço Social na estrutura judiciária catarinense. Criam-se dois cargos de assistente social na Comarca da Capital, com a intenção de auxiliar o juiz na então Vara de Menores<sup>3</sup>.

A participação do profissional na área do judiciário consistia, inicialmente, no assessoramento a juízes em “questões de menores”. Tal assessoramento se consubstanciava na realização de estudo e elaboração de parecer conclusivo das relações existentes em dada situação, no intuito de fornecer subsídios que contribuíssem para a decisão.

Em determinadas situações com as quais o Magistrado deparava-se, passou-se a reconhecer as competências e atribuições do assistente social; assim direcionou-se a utilização de conhecimento específico da categoria, especialmente no trato de questões de maior complexidade, nas quais se envolve direito de família, da infância e da juventude<sup>4</sup> e de execução penal.

Além dessas funções, o profissional de Serviço Social apresentou a capacidade de intervir nos conflitos através de mediações, conciliações, orientações e encaminhamentos, e capacidade de aproximar a generalidade do direito legal à especificidade de cada situação em particular. Ultrapassando os limites postos como essência da origem da função, no judiciário o assistente social compromete-se ainda com a articulação de recursos e programas que contribuem para a solução de questões sociais mais amplas.

Dessa forma as atribuições do cargo de assistente social foram ampliando-se, pois as profissionais já não mais se colocavam enquanto “monitoras dos ‘menores’ infratores” ou buscando “encaixá-los” na sociedade de forma “harmoniosa”, passando a intervir de forma mais crítica e ética; consequentemente,

---

<sup>3</sup> Adriana Viana conta que a década de 1970 foi um momento chave para a emergência de temas relacionados à problemática do menor. Os estudos eram focados sob a premissa de que o termo “menor” não era usado para todas as crianças e adolescentes, mas era uma referência apenas para tipos particulares, por serem abandonados pela família, por cometerem pequenos furtos, ou por viverem nas ruas. (...) em 13 de julho de 1990, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que buscava mudar o olhar da sociedade com relação aos menores historicamente estereotipados, revogando, então, o antigo Código de Menores.

<sup>4</sup> Ressalte-se que hoje a justiça refere-se aos sujeitos mencionados como estes o são, isto é, crianças e adolescentes. A mudança na referência nominal também contém uma diferença de paradigma. A expressão “menor” é substituída por “criança ou adolescente” para negar o conceito estigmatizante de “menor abandonado”, “menor delinquente”, dentre outros. (Goffman *apud* BRASILENSE, 2007. p. 24)

novos espaços foram conquistados, oportunizando e impondo a necessidade de uma ampliação do número de cargos. Atualmente são aproximadamente 140 cargos providos de assistente social no quadro de servidores do Poder Judiciário de Santa Catarina, distribuídos na quase totalidade das comarcas e também no Tribunal de Justiça.

A especificidade da prática do Serviço Social permite (re) pensar a sua dimensão política e metodológica. Como nos coloca Fávero (2009, p. 435),

Pensar a prática profissional do assistente social em sintonia com a afirmação de um projeto de profissão que tem a democracia e a justiça social como base e como norte é uma tarefa que está posta para todos nós, está posta para o coletivo dos profissionais, nas ações que têm uma dimensão macro, mais ampla, e no cotidiano da intervenção.

Do mesmo modo que mencionado, o Serviço Social encontra-se hoje inserido em Varas correspondentes às matérias de direito socialmente complexas, visto que a jurisprudência passou a carecer de parecer técnico do assistente social para decidir de forma mais qualificada, principalmente, por tratarem de matérias que repercutem de forma direta ou indireta na sociedade de modo geral. São elas: as Varas de Família, da Infância e da Juventude e a Vara de execuções penais<sup>5</sup>.

Na capital do estado de Santa Catarina, a sede do Fórum da Comarca é onde se encontra a Vara de execuções penais, e em seu anexo Fórum Des. Eduardo C. da Luz atuam as Varas da Infância e da Juventude e as duas Varas de Família, sendo nestas últimas o lócus de realização deste estudo.

A inserção do profissional de Serviço Social na área da família, em Santa Catarina, deu-se em 1981, com a lotação de um cargo na Vara de Família, também na Capital.

Diante da extensão das demandas processuais, nas Varas de Família há exercício de funções distintas, desenvolvidas por juiz, escrivão, psicólogo e assistente social, implicando em um novo conceito de justiça, conforme asseveram:

A abertura do Judiciário para conhecimentos científicos diferenciados reflete uma nova concepção de justiça, que visa a atender às reais necessidades do indivíduo, observando as suas relações sociais no meio no qual está inserido (CLAUDINO; BEZERRA; FRANÇA, 2004, s/p.).

---

<sup>5</sup> Nas comarcas em que, devido ao menor movimento processual, não se fez necessária, ainda, a especialização nas diversas áreas em que há atuação de assistente social, os profissionais de Serviço Social desta forma atuam nos diversos processos em que sua intervenção seja exigida.

Sendo assim, atuações profissionais de diversas ordens cooperam no fornecimento de subsídios ao Poder Judiciário, para que este tenha compreensão do homem em sua integralidade. Proporcionando desta forma uma visão mais ampla das questões, tanto às partes como ao magistrado, contribuindo para uma solução mais justa das diversificadas categorias de lides recebidas.

São processadas e julgadas nas Varas da Família, de acordo com o Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado de Santa Catarina, art.96:

Art. 96 - Compete-lhe como juiz de família:

I - processar e julgar:

- a) as causas de nulidade e anulação de casamento, separações judiciais, divórcio e as demais relativas ao estado civil, bem como outras ações fundadas em direitos e deveres dos cônjuges, um para com o outro, e dos pais para com os filhos ou destes para com aqueles;
- b) ações de investigação de paternidade, cumuladas ou não com as de petição de herança e nulidade de testamento;
- c) as causas de interdição e as de tutela, emancipação de menores e quaisquer outras relativas ao estado e capacidade das pessoas, cabendo-lhe, nas mesmas, nomear curadores ou administradores provisórios e tutores, exigir-lhes garantias legais, conceder-lhes autorizações, suprir-lhes o consentimento, tomar-lhes contas, removê-los e substituí-los;
- d) ações concernentes ao regime de bens do casamento, ao dote, aos bens parafernais e às doações antenupciais;
- e) causas de alimentos e as relativas à posse e guarda dos filhos menores, e de suspensão e perda do pátrio poder, respeitada a competência do juiz de menores (art.101, I, letra e);
- f) suprimimento de outorga do cônjuge e, em qualquer caso, o dos pais ou tutores para casamento dos filhos ou tutelados, bem como licença para alienação ou oneração de bens;
- g) questões relativas à instituição e à extinção do bem de família;
- h) todos os fatos de jurisdição voluntária e necessários à proteção da pessoa dos incapazes ou de seus bens, ressalvada a competência do juiz de menores e de órfãos;
- i) as medidas cautelares referentes às ações especificadas neste item e todos os feitos que delas derivarem ou forem dependentes;

II - processar a habilitação e fazer celebração do casamento de colaterais legítimos ou ilegítimos, de terceiro grau, desde que um dos nubentes resida na sua comarca, despachando previamente as medidas previstas no art. 2º. e seus parágrafos do Decreto-lei n. 3.200, de 19 de abril de 1941 (Lei de Proteção à Família).

Parágrafo único - Cessa a jurisdição do juízo da família desde que se verifique o estado de abandono do menor.

O Fórum da Capital, territorialmente, presta seu atendimento à população da Ilha de Florianópolis, guiando-se pela garantia do direito de acesso à justiça. O setor de serviço social das Varas de Família especificamente, ainda que atenda a população citada com realidades das mais diversas, tem como seu público majoritário, àquelas famílias que têm em seu âmbito situação de conflito, envolvendo

crianças, adolescentes e incapazes de administrar os atos da vida civil como parte de sua composição.

A Seção de Progressão Funcional do Tribunal de Justiça enuncia, sumariamente, as atribuições do assistente social dentro do Sistema Judiciário como:

Atividades relacionadas com o auxílio, orientação, coordenação, mobilização, articulação, planejamento, cooperação, estudo social, perícia social, mediação familiar e demais atividades sócio-jurídicas com os servidores do Judiciário e os usuários da Justiça.

E exemplifica de forma enumerada as atribuições da categoria:

1. Desenvolver trabalho técnico de perícia e estudos sociais como subsídio para emissão de relatórios, laudos, informações e pareceres sobre a matéria do Serviço Social, mediante determinação judicial.
2. Atender à demanda social nas questões sócio-jurídicas, por meio de trabalho de orientação, prevenção e encaminhamento, com a utilização dos instrumentais específicos do Serviço Social.
3. Gerenciar o Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo (CUIDA), além de orientar e acompanhar famílias a quem tenham sido entregues, judicialmente, crianças e/ou adolescentes.
4. Elaborar, coordenar, executar, supervisionar e avaliar os programas específicos do setor do Serviço Social, dentro do contexto sócio-jurídico, de acordo com as peculiaridades e necessidades da comarca.
5. Contribuir para o entrosamento do Judiciário com instituições que desenvolvam programas na área social, correlatos às questões sócio-jurídicas, prestando assessoria e apoio a projetos relacionados à família, infância e juventude, tais como: Grupos de Estudos e Apoio à Adoção; Instituições de Abrigo; Programas de Famílias Acolhedoras; Fórum pelo Fim da Violência e Exploração Sexual Infanto-Juvenil; Mediação Familiar e similares.
6. Contribuir para a organização de eventos, tutorar e proferir palestras, conferências sobre temas relacionados à ação tecnicocientífica do Serviço Social.
7. Atender às determinações judiciais relativas à prática do Serviço Social, sempre em conformidade com a legislação que regulamenta a profissão e o código de ética.
8. Cumprir as instruções baixadas pelo juiz da infância e da juventude, da família e da execução penal.
9. Encaminhar servidor ao atendimento de técnico competente, quando apresentar problemas de outra natureza.
10. Realizar visitas a locais de trabalho, domiciliares e instituições hospitalares, quando se fizer necessária a assistência ao servidor e sua família.
11. Fornecer subsídios aos demais técnicos, sempre que solicitado, para a elaboração de laudos periciais.
12. Promover debates com servidores sobre temas e dificuldades detectadas.
13. Executar outras atividades correlatas.



Referente às competências e atribuições elencadas para o profissional de Serviço Social inserido nas Varas de Família, atualmente, são ações que têm o foco nos processos que tramitam em ambas as Varas, sendo que, em sua maioria, requerem a elaboração de Estudos Sociais. Além disso, atuação junto ao Serviço de Mediação Familiar<sup>6</sup>, prestação de atendimento ao público em caráter de plantão (visando elucidar dúvidas e dar orientação, encaminhamentos quando possível e/ou necessário, sempre com o objetivo maior de conquista de direitos e ampliação da cidadania) e demais atividades sócio-jurídicas pertinentes à profissão. Porém, diante do crescente número de processos judiciais, cada vez mais é exigido ao profissional sua intervenção dentro destes, retomando aos princípios da sua inserção no Poder Judiciário, assessorando o magistrado no que se refere à tomada de decisão.

Explicitamente, muitos dos casos que tramitam nas Varas de Família carecem de maior elucidação conjuntural sobre as condições sociais das partes envolvidas, bem como do acompanhamento de decisões já tomadas pelo magistrado. Outros, ao serem defrontados pelo Ministério Público<sup>7</sup>, mostram-se, para a autoridade competente, incompletos de aspectos relevantes para uma resolução eficaz do litígio.

Razão que faz com que os processos sejam encaminhados ao setor de Serviço Social para a realização do estudo social, um dos instrumentais específicos do profissional de Serviço Social, que tem por função primordial desvelar as condições reais do processo concreto imediato, possibilitando desta forma subsidiar a decisão do magistrado.

Diante da complexidade das novas relações sociais, da desagregação familiar, violência intra-familiar contra a criança e o adolescente, um quadro de risco pessoal e social, conceituando-se violência doméstica contra crianças e

---

<sup>6</sup> O setor de Serviço Social das Varas de Família da Comarca da Capital oferece, desde 2001, o Serviço de Mediação Familiar cujo objetivo é facilitar questões relacionadas a divórcio, guarda e demais assuntos que por meio de processo judicial têm por natureza acarretar custas de tempo e litígio.

<sup>7</sup> O Ministério Público, a partir da Constituição Federal de 1988, é defensor de direitos individuais e sociais na mais diferentes áreas da atividade humana, como por exemplo: saúde, direitos do consumidor, educação, proteção do patrimônio público, das populações indígenas, de crianças e adolescentes, idosos, etc. No entanto, diferente do que muitos pensam o Ministério Público não pertence ao Poder Judiciário. "Trata-se de instituição permanente, autônoma e livre funcional e administrativamente no seu papel essencial de promover a justiça e de servir de suporte à função jurisdicional do Estado." (PEREIRA, 2007. p. 22) Tem como principais funções, nos termos do *caput* do art. 127 da Constituição de 1988: "a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis", ou seja, aqueles considerados inegociáveis. (PEREIRA, 2007)

adolescentes enquanto “todo ato ou omissão praticado pelos pais, parentes ou responsáveis que, sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico” (AZEVEDO GUERRA, 1998). O que acarreta, tanto em uma violação do poder/dever de proteção que cabe ao adulto, como também em uma negação do direito que crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento (ECA, 1990).

Depara-se o assistente social com processos referentes às questões acerca de separação, guarda, alimentos, regulamentação de visitas e tutela; ou ainda, os que apresentam indivíduos incapazes de responder pelos atos da vida civil: interdição e curatela. Também são encaminhados (em número muito menor) processos de litígios entre casais sem filhos e outros para que seja feita mediação familiar.

No setor de Serviço Social o processo de intervenção profissional adentra a dinâmica de fortalecimento da cidadania da população. Para tanto, o objetivo geral do serviço social nas Varas de Família é viabilizar o acesso à justiça pela população, promovendo o exercício da cidadania e a garantia dos direitos humanos.

Para proteger a criança, sujeito que ainda não possui autonomia para conduzir a própria vida, a intervenção do Estado acaba materializando-se na prática profissional do assistente social. Por exemplo, diante da demanda de realização de estudo social considerando um pedido de guarda de filho por parte do pai, sob alegação de falta de maturidade da mãe para assumir tal encargo, o que se verifica é a existência de situações de negligência, ou de alguma forma de violência. Aqui, a intervenção profissional baseia-se no Estatuto da Criança e do Adolescente, que no art. 5º diz: “nenhuma criança será objeto de qualquer forma de negligência e violência, devendo ser punido qualquer atentado neste sentido”.

A “pacificação social” é reconhecida como uma das ações que deverão ser alcançadas pelo Poder Judiciário. Na realização desta ação, o Serviço Social, se coloca como um facilitador do acesso a Justiça, apresentando assim o assistente social – baseado em seu Código de Ética Profissional – um atendimento capaz de concretizar, a qualquer pessoa de forma igualitária, o amparo de seus direitos na Justiça.

Perante o fato deste trabalho se realizar à partir da experiência na Vara de Família, torna-se indispensável o apontamento de considerações acerca do

direito de família. Esta é a área jurídica que fundamenta, sob muitos aspectos, a atuação do assistente social, ou seja, seus princípios entrelaçados aos princípios próprios da profissão formam uma cadeia de conhecimentos que direcionam uma prática de qualidade.

## 2.3 O DIREITO DE FAMÍLIA

O direito de família, dentre todos os ramos do direito, sustentado pelos aportes desenvolvidos por Gonçalves (2007. p.1), é “o mais intimamente ligado à própria vida, uma vez que, de modo geral, as pessoas provêm de um organismo familiar e a ele conservam-se vinculadas durante a sua existência, mesmo que venham a constituir nova família pelo casamento ou pela união estável.”.

Ao direito de família cabe regular relações que as pessoas estabelecem na busca da garantia de direitos e de sua efetivação em âmbito familiar, bem como conceituá-las juridicamente, definir formação, extinção e as conseqüências resultantes de tal relação, no que se refere às pessoas e aos bens. Permitindo-nos afirmar que o objeto do direito de família é “o complexo de disposições, pessoais e patrimoniais, que se origina do entrelaçamento das múltiplas relações estabelecidas entre os componentes da entidade familiar” (GONÇALVES, 2007. p. 2).

A Constituição Federal, ao alterar em seu texto a forma de olhar a família, passando a reconhecer outras configurações – além da estabelecida por meio do “casamento civil”, não só apresentou novo conceito, como proporcionou a aceitação das diversas novas configurações de famílias. Ainda que a família permaneça na condição de base da sociedade e desfrute de proteção especial do Estado, não tem como origem exclusivamente o casamento, pois, a seu lado, outras duas formas passam a ser reconhecidos: a união estável e a reunião de ascendentes e descendentes, bem como se reconhece, inclusive, a família unipessoal.

Outra característica do direito de família é a sua natureza personalíssima: são direitos irrenunciáveis e intransmissíveis por qualquer meio. Desse modo, “ninguém pode transferir ou renunciar sua condição de filho. O marido não pode transmitir seu direito de contestar a paternidade do filho havido por sua mulher; ninguém pode ceder seu direito de pleitear alimentos, ou a prerrogativa de

demandar o reconhecimento de sua filiação havida fora do matrimônio”. (GONÇALVES, 2007. p.12).

Nessa realidade, o assistente social se depara com um número significativo de processos judiciais, dentro dos quais é chamado a intervir, envolvendo os interesses de crianças e adolescentes, pois o prejuízo para estes “sujeitos em desenvolvimento” decorrente de uma decisão equivocada pode ser imenso, levando a um cuidado mais apurado. Como afirmam Costa, Silva e Prazeres (2004, s/p), “a própria lei, exige tal observação, como se pode vislumbrar na Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como, nas demais leis pátrias”.

Com o entendimento de tais colocações, passar-se-á à explanação dos diferentes elementos e conceitos envolvidos na prática interventiva na esfera do judiciário, nas varas de família da Capital, porém, especificamente relacionados aos processos judiciais em que crianças e adolescentes são parte ou estão envolvidos, não só eles, mas, seus direitos e principalmente a ameaça a eles.

### **2.3.1. Litígios envolvendo direitos de crianças e adolescentes**

Descritas as temáticas diversas referentes ao Direito de Família e as ações que tramitam nas referidas Varas, abre-se um leque de assuntos sobre os quais o assistente social é chamado a agir de forma específica, valendo-se do conhecimento científico e técnico profissional. Reafirmando que, a maioria dos processos<sup>8</sup>, encaminhados ao setor de Serviço Social, dizem respeito aos litígios judiciais de casais com filhos; ações promovidas por um dos genitores ou ainda por progenitores (em alguns casos, tios, primos, e até terceiros) de crianças e adolescentes; enfim ações visando a garantia da efetivação dos direitos fundamentais das crianças e adolescentes em situação de conflito familiar.

Primeiramente, há de se ter clareza de que praticamente a totalidade de tais ações entrelaça-se com o exercício, ou o não-exercício, do chamado poder

---

<sup>8</sup> No período correspondente a amostragem estudada neste trabalho, foram recebidos por umas das assistentes sociais da 2ª Vara de Família da Capital, 67 autos processuais advindos das Varas de Família. Desses processos, 53 apresentam o envolvimento de crianças ou adolescentes.



familiar<sup>9</sup>, que engloba os direitos e deveres atribuídos aos pais com relação à pessoa e aos bens dos filhos menores de 18 anos ou interditados. O rompimento conjugal não altera o poder familiar, apenas a guarda, que fica (no caso de guarda unilateral) com um dos pais (art. 1.632 CC), sendo assegurado ao outro o direito de visita (art. 1.589 CC) e ainda de fiscalizar direitos e deveres. Ressaltando-se que “o novo casamento dos pais não altera os direitos e deveres para com os filhos do casamento anterior” (SIMÕES, 2008. p. 201)

Aliás, o vínculo entre os pais (se desfeito, ou até se jamais houve vínculo) é indiferente no tocante ao exercício do poder familiar, que deverá ser exercido em conjunto, pois se trata de um dever ao qual não se pode furtar já que decorre da relação de filiação, não da união estável ou do casamento.

Em muitas das ações judiciais de separação ou divórcio, são acordadas em audiência as questões referente à guarda dos filhos menores de idade ou interditados, porém, não sendo possível a realização de audiência conciliatória, de acordo com o disposto no art. 1.584 do Código Civil: “Decretada a separação judicial ou o divórcio sem que haja entre as partes acordo quanto à guarda dos filhos, será ela atribuída a quem revelar melhores condições para exercê-la” (BRASIL, 2002).

Tais condições não têm relação com as questões referentes a conjugalidade das partes em lide, isto é, não será dada a guarda ao cônjuge motivando-se por este não ter sido autor da ação de separação ou divórcio, como também não será verificado aquele que foi o responsável pelo rompimento conjugal. O que direcionará a decisão judicial será o “princípio do “melhor interesse da criança”, visto como direito fundamental na Constituição Federal (art. 5º, § 2º), em razão da ratificação pela Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança-ONU/89.” (Pereira, *apud* GONÇALVES, 2007. p. 257)

E, da mesma forma, é com base nos interesses da criança, que as ações do Tribunal – incluídas as ações de intervenção do assistente social – culminam em certos casos com a decisão de estabelecer a guarda em favor de outros parentes, como os avós, por exemplo, ainda que a guarda seja concebida como direito natural dos genitores. Com destaque para o novo olhar conferido aos

---

<sup>9</sup> Segundo Sílvia Rodrigues, “é o conjunto de direitos e deveres atribuídos aos pais, em relação à pessoa e aos bens dos filhos não emancipados, tendo em vista a proteção destes”. (Direito civil, v. 6, p. 356.)

laços de afinidade e afetividade no que diz respeito à fixação da guarda de crianças e adolescentes:

Verificado, porém, que não devem eles permanecer em poder da mãe ou do pai, o juiz deferirá a sua guarda preferencialmente a pessoa notoriamente idônea da família de qualquer dos cônjuges, “que revele compatibilidade” com a função, levando em conta a ‘relação de afinidade e afetividade’ com os infantes, de acordo com o disposto na lei específica, que atualmente é o Estatuto da Criança e do Adolescente (CC, art. 1.584, parágrafo único). (GONÇALVES, 2007, p. 257)

Somente se dará o deferimento da guarda a terceiros, no caso de serem verificados motivos graves, que justifiquem o rompimento do vínculo natural entre pais e filhos e que correspondam à maior vantagem aos filhos, resguardando os melhores interesses.

Mas, independente de toda argumentação apresentada no que se refere à temática, sempre que possível, considerar-se-á a vontade manifestada pela própria criança/adolescente, de acordo com o que lhe convém, desde que não confronte com quaisquer de seus direitos irrenunciáveis.

No caso da separação de fato, sem qualquer definição da situação conjugal judicialmente, não havendo por parte do autor comprovação da existência de motivos graves, a criança permanecerá onde se encontra, pois,

Como nenhum tem mais direito do que o outro, pois o poder familiar pertence a ambos, a tendência é manter o *statu quo*, deixando-se os filhos com quem se encontram até que, no procedimento da separação judicial, o juiz resolva definitivamente a situação, decidindo em favor do que revelar melhores condições para exercer a guarda. (GONÇALVES, 2007, p. 258.)

Quando se opta pela modalidade de guarda unilateral, na qual um genitor detém a guarda, ao outro se dá o direito de visitá-los. Dispõe o art. 1.589 do Código Civil: “O pai ou a mãe, em cuja guarda não esteja os filhos, poderá visitá-los e tê-los em sua companhia, segundo o que acordar com o outro cônjuge, ou for fixado pelo juiz, bem como fiscalizar sua manutenção e educação” (BRASIL, 2002). Caso os pais não estabeleçam acordo, caberá ao juiz a regulamentação do regime de visitas<sup>10</sup>.

<sup>10</sup> Lei n. 11.112, de 13 de maio de 2005, define, “Entende-se por regime de visitas a forma pela qual os cônjuges ajustarão a permanência dos filhos em companhia daquele que não ficar com sua

O direito de visita dos pais, de forma nenhuma possui caráter definitivo, podendo alterar-se quando e sempre que as circunstâncias levarem a tal direcionamento; e da mesma forma, não é absoluto, pois, ainda que privar o pai ou a mãe do direito de ter os filhos em sua companhia pareça desumano, há situações em que o exercício deste direito seja prejudicial de alguma forma. Assim, toda decisão por parte do magistrado deve ter como guia o princípio de que o melhor interesse da criança deve prevalecer sempre.

Cabe destacar que o interesse do filho, portanto, em matéria de visita,

(...) é de ordem pública, e deve ser soberanamente apreciado pelo juiz levando-se em consideração três ordens de fatores: o interesse da criança, primordialmente; as condições efetivas dos pais, secundariamente, e, finalmente, o ambiente no qual se encontra inserida a criança. O interesse maior do filho justifica toda e qualquer modificação ou supressão do direito sempre que as circunstâncias o exigirem (Eduardo de Moreira Leite, O direito, cit., p. 91).

E o referido direito de conviver com o genitor não guardião estende-se a avós, visto que, segundo o Estatuto da criança e do adolescente, os filhos têm direito à convivência familiar.

Embora não conste da Lei n. 6.515/77 nem do Código Civil, a jurisprudência vem assegurando também aos avós o direito de visita aos netos, como imperativo da lei natural de solidariedade familiar e tendo em vista que participam, mesmo indiretamente, da criação e formação destes, com afeto, enlevo e carinho, que ultrapassam o círculo paterno (GONÇALVES, 2007, p. 262).

A procura dos avós maternos ou paternos pelo direito de visitas aos netos, ainda que não tenha amparo na legislação, tem amparo legal, como expressa Washington de Barros Monteiro (1997, p. 235),

(...) sem dúvida alguma, o direito dos avós se compreende hoje como decorrência do direito outorgado à criança e ao adolescente de gozarem de convivência familiar, não sendo demais entender que nesse relacionamento podem ser encontrados os elementos que caracterizam a família natural, formada por aquela comunidade familiar constituída de um dos pais e seus descendentes, inserida na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Neste momento, um novo tipo de guarda vem sendo motivo de inúmeros questionamentos, dúvidas e expectativas. Trata-se da guarda compartilhada, pela qual se atribui a guarda dos filhos a ambos os genitores. A criança ou adolescente possui uma residência principal, entretanto, o acesso do genitor que não reside nela ao filho e deste àquele acontece de forma flexível, intenta proporcionar um ambiente, apesar da ruptura conjugal, que impeça a ruptura dos laços entre pais e filhos, permitindo ao não guardião participar ativamente das questões cotidianas.

A guarda compartilhada não é indicada para todos os casais, sendo inclusive, contra-indicada para alguns, pois para que seu funcionamento beneficie as crianças e adolescentes inseridos nos litígios familiares é preciso que os pais consigam separar o que se refere à conjugalidade desses – enquanto casal que não mais deseja conviver – e o que diz respeito às responsabilidades de ambos com relação aos filhos, almejando sempre atender ao melhor para eles.

Muitos pais (ou mães) que não ficaram com a guarda dos filhos (no caso de modelo unilateral), durante a visita acabam erroneamente optando pela apropriação indevida da guarda de fato dos filhos, recusando-se a devolvê-los ao genitor guardião. Nesta situação, “os pais podem reclamar os filhos de quem os detenha ilegalmente (art. 1.634 CC), por meio de ação judicial de busca e apreensão” (SIMÕES, 2008, p. 201).

Outra questão a ser definida legalmente quando os casais têm filhos é com respeito aos alimentos, que segundo Orlando Gomes, “são prestações para satisfação das necessidades vitais de quem não pode provê-las por si” (*apud*. GONÇALVES, 2007. p. 440). Ainda que a palavra dê a ideia de comida, a prestação de alimentos vai muito além, abrangendo quanto ao conteúdo o indispensável ao sustento propriamente dito, habitação, vestuário, assistência médica, instrução e educação (CC, arts. 1.694 e 1.920).

Acrescente-se que o art. 1.590 do Código Civil preceitua que “as disposições relativas à guarda e prestação de alimentos aos filhos menores estende-se aos maiores incapazes”.

“A pensão pode ser requerida em uma ação autônoma ou dentro do processo de separação ou divórcio” (SIMÕES, 2008, p. 214); ou ainda pode “ser requerida por meio de uma ação de alimentos (Lei n. 5.478/68), cujo valor a lei não



prevê, sendo fixada, pelos juízes, em geral, em até um terço da renda do devedor, no máximo, comprovando-se a dependência.” (SIMÕES, 2008, p. 217)

Mesmo que definido certo valor judicialmente, “essa obrigação, entretanto, pode ser modificada, para mais ou menos, mediante ação revisional de alimentos (art. 1.699 CC), se se alterarem as condições econômicas iniciais, em que foi fixada” (SIMÕES, 2008, p. 215). Sendo assim, caso o alimentante passe a receber um salário inferior do que quando acertado o valor da pensão, este pode ser revisto e reduzido, comprovando-se a veracidade dos fatos. Do mesmo modo, quem recebe pode pedir o aumento, com base em aumento das necessidades dos filhos. Isto é, o critério determinante do valor da pensão se estabelece no contraponto “*possibilidade de quem paga versus necessidade de quem recebe*”.

“Na hipótese de não-pagamento dos alimentos, o juiz pode determinar a prisão civil do alimentando, mas apenas se forem familiares, conforme os arts. 1.566, III e 1.694 e seguintes do Código Civil; não no caso de alimentos indenizatórios ou voluntários” (SIMÕES, 2008, p. 216).

Os processos que adentram o espaço das varas de família vêm carregados de mágoas e frustrações sobre uma relação conjugal sem sucesso. Assim, envolvidos em uma trama de raiva e desejo de vingança, muitas vezes os genitores utilizam-se dos filhos como forma de atingir o antigo companheiro que lhe atingiu antes (ainda que de outra maneira). Porém, ao fixarem o olhar no litígio e tão somente em litigar a consequência nada mais é que ferimento aos direitos dos filhos enquanto crianças e adolescentes.

Segundo Venosa, (2003, p. 207-208): “O divórcio deve ser visto tendo em mira, não o passado, mas o futuro dos cônjuges separados, para os quais subsistem deveres de assistência moral e econômica, mormente em relação aos filhos menores”.

Diante da importância do direito de família na formação do cidadão e, de o Estado brasileiro primar pelo respeito à dignidade da pessoa humana, o Poder Judiciário em sua concretização das leis abstratas necessita de um conjunto de profissionais auxiliares em várias áreas de conhecimento. Visa, mediante atuação conjunta dos profissionais, a eficácia dos direitos, bem como proteção aos cidadãos e ao próprio Estado, vez que tem por base a família, local de desenvolvimento das pessoas.

### 2.3.2. O Serviço Social no Direito de Família

A atuação conjunta de profissionais dos profissionais inseridos no campo sócio-jurídico visa a eficácia dos direitos, bem como proteção aos cidadãos e ao próprio Estado, pois, como supramencionado, a família é considerada sua base por ser o local de desenvolvimento das pessoas, ou seja, dos cidadãos.

É por isso imprescindível, ao assistente social, o estudo da estrutura familiar e das relações jurídicas básicas, em que se fundamenta, sobretudo, nas situações em que se geram conflitos; e os procedimentos institucionais, estabelecidos com fundamento na Constituição, para resolvê-los (SIMÕES, 2008, p. 193).

Dentro do campo sócio-jurídico, a ação interventiva do assistente social é dimensionada por Chuauri (2001. p. 139), da seguinte caracterização:

(...) uma prática de operacionalização de direitos, de compreensão dos problemas sociais enfrentados pelos sujeitos no seu cotidiano e suas inter-relações com o sistema justiça, (...) possibilitando o desenvolvimento de ações que ampliem o alcance dos direitos humanos e a eficácia da ordem jurídica em nossa sociedade.

O assistente social tem importante atuação nos casos em que há envolvimento de indivíduos com dificuldade ou impossibilidade de acesso a formas de concretização de seus direitos, no nosso caso, crianças ou incapazes.

Entendendo-se que a análise da prática profissional refere-se a um processo contínuo de reflexão, e que esta, por sua vez, perpassa a temática acerca dos instrumentais profissionais, há que se atentar para a reflexão sobre esses, somada a forma como têm sido utilizados no âmbito do Sistema Judiciário, especificamente nas Varas de Família da Capital de Santa Catarina.

A abordagem da realidade familiar exige capacitação e informação constante sobre a dinâmica dessa realidade e as transformações e novos arranjos das famílias na contemporaneidade, além de formação continuada quanto aos valores que frequentemente colocam-se neste cotidiano.

O aporte teórico produzido por Trindade e Soares (2009. p. 13) sobre o saber e o poder profissional do assistente social inserido no campo sócio-jurídico sustenta a afirmação de que

(...) esse movimento da legitimação profissional congregou relações de poder que foram sendo atreladas e vinculadas ao saber, juntamente com sua autonomia, estabelecendo e afirmando a condição de profissional do social nas práticas sócio-jurídicas.

Por meio do exercício do saber-poder pelo assistente social é que diferencia sua prática profissional, pois as instituições judiciárias apropriam-se do seu “saber” devido a sua competência social e técnica; no entanto, o profissional exerce seu “poder” sobre os operadores de direito, influência sobre as decisões e manifestações que se baseiam em seus estudos sociais e pareceres técnicos quanto às situações propostas à intervenção.

Assim sendo, na próxima seção, tratar-se-á sobre o fazer profissional do assistente social, diante das Varas de Família de Florianópolis.

### 3. O FAZER PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL

#### 3.1. INTERVENÇÃO PROFISSIONAL NAS VARAS DE FAMÍLIA DA CAPITAL

O profissional de Serviço Social inserido no campo sócio-jurídico relaciona-se, em seu cotidiano profissional, com as mais distintas, porém, interligadas áreas de conhecimento, em uma relação de conhecimento com ação profissional, ações desencadeadas por: juízes, promotores, advogados, assistentes sociais e psicólogos. E neste espaço cabe diferenciar o que são - segundo a Lei que regulamenta a profissão de assistente social Lei n. 8.662/93<sup>11</sup> - as *competências* (art. 4o) e *atribuições privativas* (art. 5o), sabendo-se da relação entre elas e o conceito referente ao *exercício profissional*. (SIMÕES, 2008. p. 486)

As competências dizem respeito à qualificação profissional, que são reconhecidas pela lei citada para o assistente social, mas, que também podem ser reconhecidas como qualificações de outras profissões. Já as atribuições privativas, não deixam de serem competências, porém, são exclusivas ao profissional com formação específica, quando trata-se do fazer profissional do Assistente Social. Isto é, certas tarefas só serão válidas institucionalmente se realizadas por profissional de Serviço Social, sendo ilegais se porventura forem realizadas por outros indivíduos não habilitados, perante o órgão competente (Conselho Regional de Serviço Social) da respectiva jurisdição.

Importante ressaltar que os assistentes sociais deparam-se com as mais diversas expressões da questão social, na maioria das vezes complexas e multifacetadas. Atendo-se neste espaço especificamente a intervenção profissional junto às Varas de Família da Capital, o Serviço Social forense foi recentemente redimensionado, atendendo assim determinações advindas das 1ª e 2ª Varas de Família. Desta forma, as três assistentes sociais realizam ações profissionais, oriundas das referidas varas buscando cooperação quanto às demandas de trabalho com ações concernentes à realização de estudo social determinado, atendimento ao

---

<sup>11</sup> Lei nº 8.662 de 07 de junho de 1993, que dispõe sobre a profissão de Serviço Social, na qual expressa as atribuições privativas do assistente social entre elas está a de “realizar perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social”, evidenciando que somente o assistente social pode manifestar o trabalho pericial no âmbito do Serviço Social e com autonomia para executar tal trabalho. (TRINDADE e SOARES, 2009.)



público, e outras, bem como igual divisão da utilização dos recursos institucionais, como carro para deslocamento, por exemplo.

O Poder Judiciário não se caracteriza tão somente pela figura do Juiz de Direito. Nas Varas de Família vê-se, como já abordado, a cooperação de diversas áreas dentro da temática, com atribuições peculiares e específicas. Para que a autoridade do Juiz possa exercer sua função de decidir sobre as lides que adentram o campo sócio-jurídico, esse necessita de que sejam estudadas as questões referentes ao campo social. E neste sentido, é chamado o assistente social para intervir, visto ser o profissional competente para tal encargo.

Sabendo-se que o assistente social, de modo geral, estabelece como um de seus objetivos viabilizar o exercício da cidadania, na direção do acesso, da garantia e da efetivação dos direitos sociais; é no âmbito da justiça que esse objetivo é percebido ganhando forma e materializando-se, pois nesse campo o profissional de Serviço Social exerce um papel de "canal" entre os sujeitos que procuram acessar a justiça e a justiça que deve fazer cumprir os direitos reclamados dos sujeitos.

De acordo com Carlos Simões (2008. p. 192), se "as dimensões familiares clássicas" com relação à "procriação, sexualidade e convivência afetiva não têm mais o mesmo grau de imbrincamento de outrora", isto é motivo para que a família receba certa "proteção especial do Poder Público (Resolução n. 145/04 - PNAS)". E as transformações foram além do interior das relações familiares, alcançando as relações destas famílias com a sociedade de modo geral, o que conseqüentemente, modificou a forma de o Estado ver e conceber as configurações familiares, as relações entre seus indivíduos e assim, agir de forma coerente.

Nas Varas de Família, é oportunizada ao assistente social a relação junto às questões sócio-jurídicas relevantes dentro das relações familiares, principalmente àquelas que envolvem pessoas interditadas ou em processo de, e crianças e adolescentes, pois, esses sujeitos não têm autonomia para responder sobre sua vida civil, cabendo ao magistrado atentar de forma cuidadosa sobre os litígios em que tais indivíduos estão envolvidos.

Inserido nesse contexto específico o assistente social vê-se enquanto agente fundamental da política social, visto que busca incutir a noção de direito ao público atendido, estimulando-lhes acessar os recursos disponibilizados pelo Poder

Judiciário para resolução dos conflitos, como o Serviço de Mediação Familiar, por exemplo; para ações processuais, por meio da Defensoria Dativa; dentre outras.

No que tange a prática profissional do assistente social, este tem como base, a busca pelo cumprimento aos princípios e direitos contidos na Constituição Federal de 1988 (CF/88), a defesa dos interesses de crianças e adolescentes dispostos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), os princípios referentes à Política de Assistência Social no art. 203 da CF/88, a lei que regulamenta a profissão e as leis acerca das questões de direito de família, além de inúmeros outros dispositivos legais que fundamentam a política social para as ações do assistente social no campo sócio-jurídico especificamente.

Considerando a estrutura organizacional do Tribunal de Justiça, tem-se o assistente social subordinado administrativamente ao juiz, porém, no que se refere ao exercício profissional de suas funções, seu Código de Ética Profissional e na Lei de Regulamentação da Profissão lhe confere um agir profissional dotado de autonomia.

No âmbito do Poder Judiciário as expressões da questão social – geralmente vêm à tona como consequência da transgressão da lei pelo próprio Estado (CÓLMAN *apud* FÁVERO, 2007), que tem se mostrado omissos com relação à garantia universal dos direitos (de modo geral) – apresentam-se de forma particularizada, configurando-se, apenas como uma relação de litígio entre partes, que acabam por vezes desrespeitando a legislação, e, como resposta a isto, acabam sendo passíveis de punições. O que assevera Fávero (2007, p. 3) em sua análise:

É nessa realidade social e no espaço contraditório entre a coerção, o controle e o disciplinamento individualizado e individualizante – construído ao longo da história, e a intervenção profissional na direção do acesso, da garantia e da efetivação de direitos à população com a qual se trabalha, é que se põe hoje o Serviço Social no campo das práticas sócio-jurídicas.

Portanto são respostas que a profissão organiza diante das demandas de determinada instituição, como o fórum de justiça, cuja função social determina formas de ações singulares, que caracterizarão uma forma particular de intervenção profissional. A ação profissional exige conhecimentos teóricos específicos, quanto à

especificidade do trabalho da instituição e às características de qual será seu objeto central de trabalho.

### **3.1.1. Bases teórico-metodológicas**

Ao tratar das bases teórico-metodológicas no espaço sócio ocupacional da área judiciária, Oliveira (2008, p.1), ao se reportar aos eixos metodológicos afirma que esses são indispensáveis à intervenção profissional junto às famílias, “considerando o definido pelas políticas sociais públicas”. Os eixos são: a realidade social e as políticas públicas e a política institucional, e a base metodológica indicada pelo trabalho sócio-educativo e elementos intencionais (princípios, diretrizes e finalidade) e interventivos.

O trabalho sócio-educativo junto às famílias acaba sobressaindo-se no contexto do fazer profissional no campo sócio jurídico, e para que isto seja realizado qualificadamente, assinala-se que os profissionais de Serviço Social, inseridos junto às Varas de Família, dentro do Fórum da Capital – anexo Des. Eduardo Carneiro da Luz, fazem uso de legislação específica (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, ECA, Código Civil e de Processo Civil e leis especiais que se relacionam com a temática de família), programas sociais e ainda apóia-se nos recursos existentes na comunidade.

Quando os recursos presentes na comunidade não contemplam todas as demandas existentes (e são muitas), faz-se necessário a criação e implementação de programas e/ou políticas públicas para atender tais demandas. O Serviço de Mediação Familiar, instituído pela Resolução nº 11/2001 da Presidência do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, é um exemplo de sucesso, no atendimento de casais promovendo a resolução de conflitos dentro do direito de família de forma pacífica. Além disso, o serviço media os sujeitos de modo a que eles decidam suas questões em acordo, passando-lhes a direção da situação vivenciada, diferente de um processo comum no qual o juiz deferirá sentença.

Além disso, é necessário ao assistente social a disposição e habilidade para o atendimento das mais diversas demandas, sejam elas de sua competência ou não, sejam do âmbito do Fórum de Justiça ou não. Sempre acolhendo os indivíduos e utilizando-se principalmente da “escuta qualificada”, para só depois de feito isto, apresentar respostas, esclarecimentos e/ou encaminhamentos ao

indivíduo, se dentro do campo sócio-jurídico ou se em campo correspondente às demais políticas públicas.

Além das bases teórico-metodológicas, é essencial ao assistente social dispor de instrumentais técnico-operativos, pois só quando esses dois aspectos estão correlacionados é efetivada uma intervenção profissional qualificada.

### **3.1.2. Instrumental técnico-operativo e ações profissionais**

Considerando o fazer profissional na realidade abordada, a concepção de instrumental em que se orienta esse trabalho é a concepção das autoras Maria Lúcia Martinelli e Elza Koumrouyam (1994, p. 137), que asseveram, “(...) conjunto articulado de instrumentos e técnicas que permitem a operacionalização da ação profissional”. E quanto à natureza do instrumental, as mesmas autoras afirmam que

(...) é, por excelência, uma categoria relacional, uma instância de passagem que permite que se realize a trajetória que vai da concepção da ação à sua operacionalização, incluindo-se aí o momento da avaliação (MARTINELLI E KOUMROUYAM, 1994, p. 137).

As mais diferentes questões trazidas, fazem com que o assistente social utilize-se do instrumental técnico para apreender com maior propriedade as dinâmicas familiares. O instrumental técnico-operativo apropriado pelo profissional de Serviço Social das Varas de Família da Capital em seu processo interventivo se ordena com a realização de entrevistas (individuais e conjuntas), visitas domiciliares e institucionais, contatos telefônicos, acordos, estudos sociais e pareceres técnicos, além de perícia social quanto matéria de Família e Serviço Social. E não fica restrito a isto, mais se soma a observação e escuta competente, o olhar crítico, a criatividade da ação pautada na ética profissional.

E munindo-se desses instrumentais que realizam suas várias ações: atendimento ao público; acompanhamento de visitas, participação em audiências, acompanhamento de oficial de justiça em busca e apreensão, mediação familiar, realização de estudo social com emissão de parecer técnico. Ações que serão expostas a seguir:



### • **Plantão de atendimento ao público**

Dentro da dinâmica operacional prevista pelo planejamento de trabalho do assistente social no fórum, está previsto o atendimento ao público, em caráter de plantão. Esse ocorre semanalmente as terças e quintas-feiras, no horário das 12:00h às 19:00h, sendo realizado por duas profissionais (no primeiro mês uma atende as terças e a outra as quintas e no seguinte inverte-se).

O plantão consiste em abordagem individualizada a todos que procuram pelo serviço, visa esclarecer, orientar e/ou encaminhar os usuários aos serviços disponíveis na instituição ou a recursos existentes na comunidade. Os procedimentos obedecem a uma sistemática de registros: data, nome do usuário, demanda apresentada, bairro em que reside e ação profissional realizada.

Pode-se afirmar que esse espaço da prática profissional oportuniza um dos instrumentais utilizados pelo profissional de Serviço Social em praticamente todas as áreas em que está inserido, incluindo-se aqui o Serviço Social dentro do campo sócio-jurídico. Sua importância está na possibilidade de recepção das mais diversas demandas dos usuários, e à partir delas, conseguir responder – ainda que por meio de encaminhamento a outro setor – a praticamente todas. Permitindo aos usuários o encontro de meios para efetivação de seus direitos de modo independente e concreto.

Essa atividade apresenta dificuldades e desafios peculiares ao assistente social, sendo um deles apontado por Amador (2009, p. 101, 102), ao afirmar que

(...) um dos limites por nós considerado no modelo de intervenção profissional no plantão, refere-se a uma não abordagem da totalidade dos problemas sociais apresentados ao Serviço Social, ou seja, individualiza-se o problema, não considerando sua dimensão totalizante.

E diante desta afirmação, entende-se que para a ação profissional dentro do Plantão não se reduza a uma função burocrática institucionalizada, há a necessidade de levantamento periódico dos dados coletados nos atendimentos, para que a partir destes, possa ser traçado um perfil das demandas mais colocadas ao Serviço Social. Para que a partir daí, o profissional possa elaborar ações mais articuladas, de atenção a problemas que não são individuais, mas, coletivos. Kosik (1985, p. 10) sobre esta questão afirma que



(...) a realidade não se apresenta aos homens à primeira vista, sob o aspecto de um objeto que cumpre intuir, analisar e compreender teoricamente (...) apresenta-se como o campo em que se exercita a sua atividade prático-sensível, sobre cujo fundamento surgirá a imediata intuição prática da realidade.

Ou seja, a atividade de plantão também abre um leque de possibilidades à ação profissional, possibilitando que ela venha a fazer diferença no âmbito institucional, visando concretizar direitos sociais da população usuária. Segundo Iamamoto (2001, p. 20):

(...) um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo.

Ressalte-se que a quantidade de atendimentos realizados na prática de plantão, muitas vezes, impossibilita qualidade da ação profissional dos assistentes sociais, diante da imensa rotatividade de sujeitos, que acessam a esse serviço, e demandas. Necessitando da priorização de ação reflexiva dos profissionais, de acordo com o exposto no Código de Ética do Assistente Social em seu 10º princípio: “Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual na perspectiva da competência profissional.”

De acordo com a afirmação de Perin (2009, s/p.), “o profissional ao buscar intervir junto aos sujeitos deve considerar em seu processo de trabalho sua função interventiva, buscando os meios necessários a esse fim e no arcabouço ético e político do Serviço Social, dar direcionamento ao seu agir profissional”.

Diante do exposto, percebe-se que uma condição fundamental para a consolidação do Projeto ético-político do serviço Social junto aos espaços do plantão, é uma análise da realidade contemporânea, apontando limites e alternativas de trabalho que concretizem direitos sociais (AMADOR, 2009).

Nessa atividade a intervenção profissional pode dar-se de forma efetiva e concreta, se a ação não ficar restrita ao colhimento de informações, mas, buscar estar atenta a fala do usuário, aos anseios declarados ou não, visando apreender a real necessidade, para então, elucidar as questões apresentadas.

- **Visitas supervisionadas**

A visita supervisionada ou assistida trata-se de instrumental da prática do judiciário e sustenta a construção de pareceres referentes à regulamentação de visitas do cônjuge que não possui a guarda da criança ou do adolescente. Nas discussões levantadas pela acadêmica Simone Cristina da Silva:

Ela ocorre seja por uma situação de perda de vínculos familiares, seja por exposição da criança ou do adolescente a uma situação de risco, quando um dos pais se encontra impedido legalmente de visitar seu filho (a) no seu domicílio habitual e, por determinação judicial, as visitas ocorram, por um determinado período, sob a observação de um profissional de Serviço Social e/ou Psicologia. (60º Reunião Anual do SBPC - FRANCA/SP, 2008)

Quando julga necessário, o Juiz determina que sejam feitas visitas supervisionadas por assistente social, no ambiente forense. Isso ocorre por diversos fatores: devido a suspeita de que o genitor guardião esteja dificultando o acesso do não-guardião ao filho; por o genitor não-guardião representar risco à criança e/ou adolescente quando em sua companhia; quando os genitores não podem aproximar-se por consequência de agressão (Lei Maria da Penha, por exemplo); ou ainda para que possam ser refeitos aos poucos, os laços entre pai (ou mãe) e filhos rompidos até então, sem tornar-se algo traumático especialmente para as crianças. O procedimento visa acompanhar e observar a forma como se dá o relacionamento entre as partes envolvidas, informando ao juiz o que for considerado significativo em relatório de acompanhamento, que dispõe ao final das visitas determinadas um parecer técnico referente à questão.

Tal atividade não faz parte das ações mais bem quistas pelos profissionais de Serviço Social, em função de, em muitos casos, ser determinada, judicialmente, em função de um dos genitores ser suspeito de oferecer riscos à criança. No entanto, ela pode ser determinada para que seja feita uma apuração quanto a real existência de ameaça, ou quando os genitores não podem manter contato próximo, por determinação judicial.

A visita supervisionada realizada por assistente social possibilita uma visão total da situação, por meio de uma postura crítica e ética, visando trabalhar as relações entre genitores e filhos e garantir a efetivação do direito de visitação, ou

seja, o direito de conviverem independente da relação conjugal ter fracassado. Segundo Silva (2008, s/p.),

(...) a atuação profissional na visita assistida/supervisionada, como uma das funções do Serviço Social judiciário, está inserida no Direito de Família, como alternativa de proteção da criança e do adolescente e, ao mesmo tempo, de efetivação do Direito de Visita, nos processos de regulamentação de visitas da Vara de Famílias e Sucessões. A atuação profissional, nestes casos, fundamenta-se do Estatuto da Criança e do Adolescente e no Código Civil Brasileiro e ultrapassa a simples supervisão de uma situação de conflito familiar como forma de se garantir o Direito de ser visitado da criança ou do adolescente.

Outro destaque feito pela autora quanto ao assunto é o de que “o papel do assistente social, diante desta realidade, através da observação das relações que condensam uma situação de visita supervisionada/assistida, se configura como importante aliado também na defesa dos Direitos Humanos” (SILVA, 2008).

A prescrição da visita supervisionada pode ser baseada na ideia de que, “se episódios de violência tiverem ocorrido entre os pais, geralmente não é seguro para o casal manter contato um com o outro, durante a visitação. Às vezes o pai/mãe abusivo usa as visitas como uma forma de continuar a ter contato com o outro e para controlá-lo” (Massachusetts Law Reform Institute).

Na realização desta atividade, a intervenção profissional ocorre de maneira clara e objetiva, sempre procurando orientar o genitor sobre os reais objetivos das visitas, e que este utilize o tempo para estar com a criança, deixando os assuntos conjugais para resolver em outro momento, se necessários, por meio de seu representante legal. Entendendo-se que a “visitação Supervisionada é basicamente destinada a permitir que uma criança tenha um ambiente seguro em que ele ou ela pode interagir com o pai ‘ou mãe’ (grifo meu). É feito com a única intenção de promover um relacionamento saudável entre pais e filhos” (Art. Free legal advice help site’s).

De modo que a determinação judicial embasa-se na Lei 11.340 de 2006, a qual afirma em seu artigo 22 que,

Constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos desta Lei, o juiz poderá aplicar, de imediato, ao agressor, em conjunto ou separadamente, as seguintes medidas protetivas de urgência, entre outras:

IV - restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores, ouvida a equipe de atendimento multidisciplinar ou serviço similar;

No que diz respeito ao projeto ético-político, vê-se que o assistente social ainda é o profissional indicado à execução da tarefa de supervisionar a visita dentro da instituição devido a clareza do projeto da categoria. Ou seja, o projeto ético-político profissional do Serviço Social transparece a seriedade e o compromisso profissional pela garantia dos direitos dos indivíduos, independente de classe, etnia, gênero ou opção sexual.

O profissional assume o papel de intermediador entre os sujeitos e as autoridades judiciais. Sendo que, os sujeitos vêm nele inclusive muitas vezes, erroneamente ou não, o poder de decidir sobre as questões litigadas.

- **Comparecimento em audiências**

O esclarecimento de fatos abordados no estudo social realizado pelo assistente social ou o carecimento de maior elucidação pode ser necessário no momento da audiência, diante disto, os juízes solicitam a presença do profissional para apresentar suas contribuições presencialmente. Não é uma prática comum, eventualmente, o Juiz solicita a presença do profissional, com intuito de desempenhar atribuições específicas da categoria respeitando, sobretudo, o sigilo profissional (referente aos sujeitos).

Tal procedimento não é comum no âmbito sobre o qual se atém este trabalho, pois os juízes das Varas de Família têm livre acesso ao setor de Serviço Social e seus profissionais, inclusive, em alguns casos chamando-os para reflexão em gabinete sobre o estudo social ou parecer técnico. Da mesma forma, há possibilidade de que, em situações específicas, o assistente social solicite que às autoridades o acompanhem até a realidade estudada.

- **Busca e Apreensão**

A Ação de Busca e Apreensão se dá sob o reclame do guardião contra quem detenha ilegalmente a criança ou o adolescente sob sua guarda legal. Quando verificado a veracidade dos fatos é determinado busca e apreensão da criança ou do adolescente, realizada por oficial de justiça.



Decorrencia comum dessas ações é a recusa do genitor não guardião em devolver ao guardião legal a criança ou o adolescente sobre o qual exerce apropriação indevida da guarda de fato; nesta situação, algumas vezes, há determinação da autoridade competente (Juiz ou Promotor de Justiça) ao assistente social para que realize estudo social, visando esclarecer as questões expostas pela parte autora.

O profissional responsável pela efetuação da busca e apreensão da criança ou adolescente é o oficial de justiça, porém, em alguns casos a autoridade competente solicita que o profissional de Serviço Social acompanhe-o, talvez porque este conheceu a realidade dos envolvidos, ou então, visando com isto ir além do cumprimento de sentença. O assistente social assume também nestes casos o papel de mediador de conflitos, configurando uma ação judicial mais humanizada e pacífica, sempre com o objetivo de garantir os direitos da criança ou do adolescente envolvido, de forma menos traumática e prejudicial possível.

- **Serviço de Mediação Familiar**

Implantado em 2001 no Fórum de Justiça da Comarca da Capital, o Serviço de Mediação Familiar, trouxe uma nova maneira de resolução aos conflitos familiares entre casais. As partes ou um dos envolvidos procura acessar a Justiça para tratar de um “conflito” (uma separação ou dissolução de união estável, dentre outros); ao ser atendido pelo profissional de Serviço Social ou outro setor público que conhece o serviço, é encaminhado ao Setor de Mediação Familiar, onde se inscreve e recebe orientações acerca do serviço pertinentes na triagem do serviço. Este serviço é coordenado por uma das assistentes sociais das Varas de Família, que revezam semestralmente.

Para inscrição no serviço é necessário que pelo menos uma das partes seja residente na jurisdição pertencente ao Fórum da Capital (Ilha) e que ambas estejam dispostas a buscar um acordo para dar fim à lide. Um (a) mediador (a) faz as sessões com as partes, e tem-se a disposição para esclarecimentos de cunho jurídico um advogado de plantão, que é convidado a prestá-los (quando necessário) durante as sessões. Após chegar-se a um acordo, sobre o qual as partes têm suas demandas contempladas, o mediador constrói o Termo de Acordo a ser assinado pelas partes e encaminha ao advogado de plantão. Na sequência, é agendada



audiência em uma das Varas de Família para homologação do referido acordo pelo Juiz (a).

Um processo solucionado por meio do Serviço de Mediação Familiar tende a ser menos moroso e não permite perdedores, pois as partes constroem o acordo de modo a atender os interesses de ambas, além disto, as chances de cumprimento são bem mais duradouras.

- **Estudo social**

O estudo social diz respeito ao instrumento utilizado com o objetivo de conhecer e analisar a situação – vivida por certos sujeitos ou grupos de sujeitos sociais - proposta pela autoridade judicial para que fosse dado parecer técnico. (MIOTO, 2001) Nas discussões estabelecidas por Regina Célia Miotto, (2001, p. 153) a autora afirma que

Na verdade, ele consiste numa utilização articulada de vários outros instrumentos que nos permitem a abordagem dos sujeitos envolvidos na situação. Tais instrumentos são as entrevistas individuais ou conjuntas, a observação, a visita domiciliar e a análise de documentos.

Trata-se de domínio específico e privativo do assistente social, e atribuição mais presente no cotidiano profissional do assistente social inserido no campo sócio-jurídico, ou seja, a realização de estudo social junto às partes envolvidas nos litígios em trâmite nas Varas de Família, ou apenas junto a uma delas, quando uma das partes não reside na Capital (caso das Cartas Precatórias), quando o processo tramita em outra comarca, ou se não for este o caso, cabe ao assistente social sugerir – se necessário – o envio de Carta Precatória a comarca na qual reside a parte excluída de seu estudo, devido ao limite de jurisdição.

A determinação judicial de que seja realizado estudo social sempre é feita pelo Juiz (a). O Promotor Público ou as partes também podem requisitar o estudo social.

Por ser uma das atribuições mais recorrentes nesse campo de atuação do Serviço Social, por ser complexa quanto aos instrumentais utilizados e procedimentos tomados, e, principalmente, por ser base da pesquisa desenvolvida neste trabalho, ela será abordada em item próprio a seguir.

### 3.2. OS ESTUDOS SOCIAIS NOS PROCESSOS NAS VARAS DE FAMÍLIAS

Para Fávero (2001, p. 42 e 43), o estudo social trata-se de processo metodológico específico do Serviço Social, a autora destaca em suas análises que

(...) tem por finalidade conhecer com profundidade, e de forma crítica, uma determinada situação ou expressão da questão social, objeto da intervenção profissional (...), sendo instrumento fundamental no trabalho do assistente social que atua no sistema judiciário – seja enquanto funcionário, seja como perito ou como assistente técnico – em especial junto à Justiça da Infância e da Juventude, Justiça da Família, Justiça Criminal e ações judiciais relacionadas à seguridade e previdência social.

Por tratar-se de foco do trabalho em tela, o estudo social realizado pelo assistente social nas Varas de Família será objeto detalhado. Sua realização ocorre por determinação judicial, sendo a atribuição que mais perpassa o cotidiano profissional do assistente social no campo sócio-jurídico.

Processos que tramitam nas Varas de Família ultrapassam as questões legais, interferindo e sendo suas partes interferidas pelas relações sociais, por esta razão faz-se necessário a intervenção do profissional de Serviço Social. Que proporciona ao magistrado subsídios para que esse por sua vez possa decidir de forma mais coerente sobre as questões elencadas em sua jurisdição e competência.

A elaboração de estudo social abarca diversos instrumentais e sustenta-se na base teórico-metodológica específica da profissão de assistente social, que além de seu projeto ético-político profissional, tem em seu Código de Ética Profissional as diretrizes referentes ao modo de portar-se diante das situações peculiares com que se depara no campo em que se insere profissionalmente.

Os instrumentais mais utilizados são: a observação, as visitas domiciliares e institucionais (escolas, Institutos de Longa Permanência - ILP's, etc.), entrevistas individuais e/ou conjuntas, contatos telefônicos, contatos com colaterais, dentre outros.

- **Visitas domiciliares**

Amaro (2003, p. 13) define que visita domiciliar “é uma prática profissional, investigativa ou de atendimento, realizada por um ou mais profissionais,

junto ao indivíduo em seu próprio meio social ou familiar". As visitas domiciliares acontecem sem nenhum tipo de aviso prévio, não buscando com isto "investigação social", mas, buscando entrar em contato com as partes sem que estas "se armem ou ensaiem" um discurso "ideal", pois nossa pretensão é conhecer a realidade de forma mais clara e concreta possível, sem máscaras ou disfarces, para que desta forma possamos entender o que ocorre na realidade vivida pelos sujeitos atendidos, independente de suas posições na lide.

Sucintamente, pode-se afirmar que as visitas domiciliares "têm como objetivo conhecer as condições (residência, bairro) em que vivem tais sujeitos e apreender aspectos do cotidiano das suas relações, aspectos esses que geralmente escapam às entrevistas de gabinete" (MIOTO, 2001, p. 148).

Tendo-se a clareza de que, ao buscar intervir junto aos sujeitos envolvidos, o profissional precisa levar em consideração sua função interventiva enquanto processo de trabalho, apropriando-se dos meios necessários para tal objetivo e munindo-se do arcabouço ético e político do Serviço Social, dando assim direção ao agir profissional.

No intuito de conhecer a vida dos sujeitos, o assistente social, deve levar em consideração o fato de que, ao apreender as questões inseridas na realidade social desses, estará intervindo naquela realidade, sabendo-se que "[...] toda vez que um agente entra em interação com uma situação ou com elementos que nela se encontram, ele já está interferindo na situação" (MIOTO, 2001, p.151). Pôde-se entrar na realidade, orientando os indivíduos a como proceder de forma a garantir os direitos da criança e da família em questão, bem como dos demais membros.

Um profissional atuante no campo sócio-jurídico tem sua capacidade relacionada à maneira como ele compreende o próprio processo de trabalho, sendo o resultado da soma das relações estabelecidas com seu meio e a forma como realiza sua ação visando a transformação da realidade, afinal "o resultado desse processo é sempre uma transformação na natureza e no próprio homem, uma vez que ao final ele já não é mais o mesmo homem" (GUERRA, 2000, p.8).

- **Visitas institucionais**

Entendendo-se que as visitas domiciliares em muitas vezes não

contemplam todas as questões a serem verificadas, em algumas situações, vê-se a necessidade de realização de visita institucional na escola onde estudam as crianças envolvidas, por exemplo, antes que essas sejam abordadas por seu guardião (ou guardiã) sobre o processo. Assim, no ambiente escolar, pode-se conversar de forma franca com crianças ou adolescentes em um ambiente livre de pressões por parte dos adultos envolvidos, proporcionando a elas um ambiente seguro, no qual elas sintam-se a vontade para colocar-nos seus anseios e desejos. A escola pode fornecer subsídios importantes acerca da situação.

- **Entrevistas individuais e conjuntas**

O profissional de Serviço Social está inserido em um ambiente, muitas vezes, extremamente burocrático e hierarquizado, sendo assim, seu processo de intervenção, muitas vezes, acaba sendo dificultado pela forma como a instituição define suas prioridades e suas maneiras de articular os recursos disponíveis, definindo prioridades hierarquizadas politicamente. Isto ocorre no que fere a realização dos estudos sociais, especificamente com relação às saídas para visitas, pois o carro adquirido - exclusivamente - para o setor de Serviço Social das Varas de Família, só é disponibilizado uma vez por semana (sendo três profissionais, as visitas ocorrem a cada três semanas para cada uma), e para dirigi-lo ainda depende-se da disponibilização, por parte do Tribunal de Justiça, de um motorista para levar as profissionais. O que não ocorre sempre, pois os motoristas também atendem à demanda do Tribunal, que têm preferência, visto o grau de hierarquia em questão. Assim, muitas vezes as visitas não ocorrem em função desses impedimentos institucionais.

Contatos com as partes ou com colaterais podem realizar-se tanto durante as visitas quanto no próprio setor de Serviço Social. Sempre que possível são realizadas entrevistas conjuntas, quando as partes discursam em uma mesma direção, ou ainda, quando se busca uma careação das partes ligantes ou quando se objetiva a realização de um acordo, que será homologado judicialmente.

Verifica-se que tais técnicas são utilizadas pelo Assistente Social, não apenas para coleta de dados, indo, além disso, pois o conteúdo obtido a partir dela compõe um processo de diálogo e reflexão estabelecido entre usuários e profissional, componentes indispensáveis ao estudo social. Para Sarmiento (1994),



“a entrevista permite o estabelecimento de uma relação clara e objetiva entre o assistente social e usuário, considerando aspectos que contextualizam a situação do usuário, compreendendo as relações que envolvem a sua realidade, bem como a situação específica que originou o processo de entrevista.”

A entrevista está presente no cotidiano profissional, inserido nas Varas de Família. Ela deve ser feita visando-se um objetivo e durante o processo deve-se estar atento se o andamento do diálogo caminha para alcançá-lo, podendo articular a conversa a uma direção. Segundo Zanetti (1992),

(...) o assistente social deve ter clara a importância dos elementos técnicos operativos que compõem sua intervenção. Elaborar relatórios, pareceres, realizar entrevistas, visitas domiciliares, investigação planejamento com grupo e comunidades são elementos constitutivos do processo de trabalho. É preciso qualificar esse processo, dando consistência a esses instrumentos.

A atividade faz-se necessária para o conhecimento do “modo de vida”, pois como afirma Martinelli (1994): “[...] temos que conhecer as pessoas [...] E onde o sujeito se revela? No discurso e na ação. [...] Conhecer o modo de vida do sujeito pressupõe o conhecimento de sua experiência social”.

Deve-se acrescentar – quanto ao processo de trabalho – que nos apropriarmos de um corpo técnico acerca de questões específicas nas quais atuamos é fundamental para o desenvolvimento do Serviço Social Judiciário como uma especialização da profissão. Isto é,

O assistente social deve ter clara a importância dos elementos técnicos operativos que compõem sua intervenção. Elaborar relatórios, pareceres, realizar entrevistas, visitas domiciliares (...) são elementos constitutivos do processo de trabalho. É preciso qualificar esse processo, dando consistência a esses instrumentos (Couto apud ZANETTI, 1992, s/p).

No que diz respeito ao Projeto ético-político da profissão, a entrevista exige certas habilidades distintas, que se entrecruzam a respeito dos sujeitos como requisito a um dos princípios do Código de Ética Profissional (1993), que se refere a não discriminação de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, idade e condição física.

Tomando a caracterização de Sarmiento (1994, p. 284), entrevista é “uma relação face-a-face entre duas ou mais pessoas, sendo que a diferenciação em seu uso é dada pela maneira e a intenção de quem a pratica”. Já Magalhães



(2003), ao tratar da temática referente a esse instrumental, coloca que um bom entrevistador é aquele que ouve muito e fala pouco. Compreendendo-se que,

Isso diz respeito à habilidade de escuta, questionamento e observação do que não é dito, mas que se configura no sujeito para quem se dirige o trabalho do assistente social. A observação permitirá muitas vezes a decodificação de uma mensagem, de um gesto, do silêncio, da pausa (LEWGOY & SILVEIRA, 2007).

E tratando de crianças e adolescentes isto acaba ganhando um sentido ainda mais específico.

### • Entrevistas com crianças e/ou adolescentes

Dar atenção a fala de crianças e adolescentes, na área do judiciário, tem sido uma ação defendida como direito fundamental, baseando-se no artigo 12 da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (1989), o qual expressa o direito da criança de ser ouvida em procedimentos judiciais que lhe digam respeito. Quando a isto, Mônaco e Campos (2005, p. 9) afirmam:

Esse direito assume relevantes funções, por exemplo, na determinação da guarda da criança quando da dissolução do vínculo que une eventualmente os seus pais, bem como nas decisões que visem a rever uma guarda anteriormente deferida, além das hipóteses de adoção, quando a oitiva da criança se faz necessária.

Por entender-se que os profissionais de Serviço Social e da Psicologia são os mais capacitados para realização qualificada dessa ação, por disporem de recursos técnicos mais apropriados, são eles que ouvem as crianças e adolescentes no sistema de justiça brasileiro.

No caso, de entrevista com crianças, havendo possibilidade esta deve ser ouvida individualmente. E o assistente social deve ser sensível aos possíveis temores e apreensões da criança quando falar sobre a situação referente ao processo, adaptando a conversa ao nível de entendimento dela. Nesse processo de intervenção, segundo Grezielly Lourenço Ramalho dos Santos, o profissional deve trabalhar com a

(...) concepção de direitos que consolida as reivindicações de cidadania no código de ética, cuja orientação permite atuar em toda a extensão, a

complexidade da condição da pessoa humana, bem como ter presente no seu cotidiano profissional, as normas e regulamentações profissionais.

Partindo-se do referencial ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo da categoria profissional, a entrevista se faz efetiva nos processos de trabalho do assistente social. Pois, fazendo uso das palavras de Lewgoy e Silveira (2007), “é ele que oferece a âncora para a entrevista aportar nos espaços de conhecimento, crescimento e liberdade na construção de acesso aos direitos sociais.”

Na área sócio-jurídica o assistente social é de fundamental importância no que diz respeito à intermediação entre o sistema judiciário e seus respectivos usuários. E para que isso seja feito de modo eficaz, o profissional deve ser guiado pelo Projeto ético-político da profissão, pois é ele que dará o norte para as ações profissionais.

### **3.2.1. Processualidade das ações profissionais do Assistente Social**

A construção do documento final do Estudo Social segue modelo institucional, constado no Sistema de Automação do Judiciário (SAJ), que pode ser preenchido pelos assistentes sociais, porém, os profissionais utilizam-no de forma autônoma e individual, apresentando os elementos que julgam importantes para determinado processo e excluindo os considerados desnecessários. Desta forma, cada profissional dá ao referido documento sua perspectiva e suas particularidades enquanto profissional singular no campo de atuação.

De modo geral, os Estudos Sociais iniciam-se pela identificação das partes envolvidas, especificamente as partes com quem o profissional teve contato, pois se tratando de Carta Precatória, a parte não pertencente à jurisdição em que atua o assistente social não necessita ser identificada.

Depois de identificadas as partes trabalhadas, apresentam-se brevemente os antecedentes referentes à lide, ou seja, descrevem-se as informações recebidas inicialmente sobre a história prévia ao processo judicial de forma sucinta e objetiva, procurando-se expressar os motivos pelos quais os autos foram encaminhados ao Serviço Social para realização de estudo social.

A etapa seguinte diz respeito aos contatos realizados, descritos um a um, julgando o profissional quais informações recebidas são de relevância a compreensão da autoridade judicial sobre as questões litigadas.

E por fim, após todas as informações obtidas e descritas, é apresentado o Parecer Técnico profissional do assistente social. O parecer é conclusivo referente ao momento, e após detalhado estudo com fundamentação teórica. E sabendo-se que o presente trabalho visa apontar a ação do assistente social junto aos processos, no intuito de garantir a efetivação dos direitos de crianças e/ou adolescentes, apresentar-se-á em item próprio, o parecer técnico profissional tomando, nos processos apontados, a criança e/ou adolescente como sujeito central da intervenção profissional.

### 3.3. TOMANDO A CRIANÇA E O ADOLESCENTE COMO SUJEITO CENTRAL DA INTERVENÇÃO

A intervenção profissional junto aos processos em trâmite nas Varas de Família da Capital ocorre em múltiplos tipos de ação, porém, este trabalho terá sua apreensão àqueles processos em que estão envolvidas crianças e adolescentes (como já destacado), e, conseqüentemente, nos quais os direitos desses sujeitos estão “em jogo”.

As partes pertencentes aos processos, tanto as requerentes quanto as requeridas, possuem representante legal – advogado, o qual representará em juízo os interesses desses. No entanto, nem sempre as partes – pais, mães, avós, dentre outros envolvidos – possuem interesses harmônicos com o bem-estar das crianças e adolescentes – filhos, netos, entre outros – sobre os quais se litiga algo: modificação de guarda, definição de alimentos, regulamentação de visitas, etc. Assim, os juízes podem carecer da opinião técnica do assistente social sobre a situação.

Na realização de estudo social o profissional efetua contato com as partes envolvidas nos processos, principalmente com as crianças e os adolescentes, pois com estes é que se define a relação do profissional enquanto defensor de direitos. A profissional afirma no início dos contatos com as crianças e os adolescentes: “A mãe tem o advogado dela e o pai tem o dele para apresentar ao juiz o que eles querem, eu estou aqui para garantir que o juiz saiba o que é melhor para você.” E com tal argumentação eles sentem-se a vontade para expressar seus

desejos, anseios e apresentar as situações que permeiam o contexto do litígio processual entre os adultos.

A importância do agir profissional do assistente social do judiciário extrapola as questões de elaborar laudos, estudos, visitas domiciliares e entrevistas. Este agir profissional perpassa as ações que contribuem diretamente na garantia de direitos das pessoas.

O posicionamento do assistente social, muitas vezes reticente em relação aos pais, se explica com a prática vista no cotidiano profissional. E tais fatos são percebidos claramente nos estudos sociais, os quais serão objeto do estudo apresentado na seção de encerramento, que possui o intuito de demonstrar a relação entre a teoria e a *práxis*<sup>12</sup>.

---

<sup>12</sup> Segundo o dicionário on-line Priberam da Língua Portuguesa, a palavra *práxis*, de origem grega - *prâksis*, -eos, - significa ação, transação, negócio. A filosofia entende a partir daí *práxis* enquanto ação, mas, sobretudo, ação ordenada para certo fim (por oposição a conhecimento, a teoria).

#### 4. A PRÁXIS DO ASSISTENTE SOCIAL NA DEFESA DO DIREITO

De acordo com os ensinamentos do autor José Paulo Netto (2008), “o profissional do Serviço Social está no coração mesmo da luta por direitos” (*apud* FÁVERO, 2009, p. 436). Isto nos faz perceber este profissional enquanto peça chave na efetivação dos direitos de crianças e adolescentes nos processos que tramitam nas Varas de Família da Capital, pois neste campo de atuação lhe é oportunizado a interlocução com as partes envolvidas e autoridade competente para aplicar a legislação.

Pois, de acordo com Marques da Silva (1999, p. 2), “embora não estejamos em Varas Criminais, mas nas de Família, procura o judiciário um ‘culpado’ na família, alguém a ser punido”. Porém, como nas Varas da Família não há crime, e sim, um sujeito, uma criança ou adolescente, uma relação afetiva rompida ou não, uma relação familiar, cabe-nos acrescentar que, diferente do afirmado pela autora, é o assistente social o incumbido de estudar a situação, de modo a deixar clarificada uma situação “confusa”, para que só então, diante do parecer técnico do profissional de Serviço Social, “a autoridade judiciária consiga pensar sobre o problema de maneira mais organizada e, possa finalmente julgar” (MARQUES DA SILVA, 1999, p. 2).

Verifica-se, enquanto desafio, no cotidiano profissional do assistente social a presença da oposição entre, nas palavras de Fávero (2009, p. 437):

(...) a busca da garantia e da efetivação de direitos fundamentais e sociais para crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social e para suas famílias, e a fundamentação – ainda que indiretamente – para a aplicação de punição ao suposto violador de direitos.

Outro desafio que está posto ao assistente social vai além, tratando-se, de fato, da “efetivação do trabalho coletivo, para sair desse ‘caso’ e inseri-lo no contexto social mais amplo – local e geral” (FÁVERO, 2009, p. 441). O que requer uma sistematização da ação profissional presente no cotidiano nas Varas de Família da Capital, local este singular, se tivermos em vista a forma como o profissional tem seu trabalho organizado, para uma intervenção direcionada

(...) à efetivação de direitos se conseguir desenvolver e registrar um estudo social que dê respaldo à efetivação do direito de uma criança ou



de um pai à convivência familiar e comunitária e suas conseqüentes implicações em prol do desenvolvimento e da proteção da criança (FÁVERO, 2009, p. 441).

Prosseguindo a sua análise, a autora assevera que é o assistente social que – na maioria dos casos – será o responsável por ouvir os filhos envolvidos nos processos das Varas de Família, esse cotidiano “precisa ser valorizado, às vezes como o único espaço de voz dos sujeitos” (FÁVERO, 2009, p. 441).

No entanto não se pode deixar de reconhecer que o cotidiano de trabalho acontece em um contexto no qual está presente “o risco da *banalização da vida humana*, que pode ser provocado pela rotina”, quando ela é estabelecida como fim (BAPTISTA, 1995, p. 118), levada a uma mecanização das ações, nas quais a prática se repete sem criatividade; de modo à possivelmente acarretar, também, na “perda da capacidade da *paixão*, da *indignação* – motor necessário para uma ação comprometida...” (BAPTISTA, 1995, p. 118).

Desta forma, e verificado nas discussões de Fávero (2009) que se vive em um tempo em que alcançamos significativos avanços no que diz respeito à produção do conhecimento e de crítica da realidade. Sendo assim, faz-se necessário o avanço na direção proposta pela autora de construção e concretização do projeto profissional crítico e ético, no cotidiano do trabalho direto com a população. Isto é, prosseguir-se estabelecendo um estreito diálogo teórico-prático, “em um processo contínuo de investigação, de planejamento da ação e de execução da prática, privilegiando sua dimensão coletiva” (FÁVERO, 2009, p. 442). O que para se ocorrer, de fato, depende diretamente de estudo constante, discussões técnicas, e valorização das dimensões teórica e ético-política da ação cotidiana.

Diante disto; e, sabendo-se que o conhecimento racional trata-se de um instrumento determinante para o trabalho do assistente social, pois este contribui no enfrentamento dos desafios apresentados à ação profissional, proporcionando a reinvenção permanentemente deste dia a dia e a conquista de melhoria de acordo com as possibilidades presentes neste cotidiano; tem-se a proposta de realizar análise dos estudos sociais desenvolvidos pela assistente social responsável pelos trabalhos da 2ª Vara de Família da Capital, mas, referentes às duas Varas pertencentes à Comarca.

#### 4.1. METODOLOGIA DO ESTUDO EM FOCO

O objeto do presente trabalho, o estudo social, permite analisar a *práxis* do assistente social junto aos processos que envolvem violação ou efetivação do direito de crianças e adolescentes envolvidos em litígios em trâmite nas varas de Família da Capital. Tal proposta buscará desenvolver um levantamento de dados e informações apresentadas, sem separá-los do contexto em que se encontra o conjunto das demandas colocadas ao assistente social, conforme análise empreendida por Yasbek (2009, P. 3):

(...) é preciso ultrapassar a análise do Serviço Social em si mesmo para situá-lo no contexto de relações mais amplas que constituem a sociedade capitalista, particularmente, no âmbito das respostas que esta sociedade e o Estado constroem, frente à questão social e às suas manifestações, em múltiplas dimensões. Essas dimensões constituem a sociabilidade humana e estão presentes no cotidiano da prática profissional, condicionando-a e atribuindo-lhe características particulares.

Logo, objetiva-se identificar e demonstrar como tem se desenvolvido essa ação profissional e sob qual perspectiva incide sua intencionalidade – junto aos processos das Varas de Família, envolvendo crianças e adolescentes.

Os processos analisados serão os que foram realizados estudos sociais no período compreendido entre agosto/2009 a março/2010, sendo que, até dezembro/2009 dizem respeito apenas a 2ª Vara da Família, de fevereiro a março/2010 são processos advindos de ambas as Varas.

Os documentos seguem o modelo proposto no sistema de automação judiciária (SAJ) e contemplam os seguintes elementos: o histórico anterior à lide; intencionalidade das partes envolvidas; a situação presente; e as constatações com base em cada contato realizado, visando apresentar a situação estudada de forma clara e possíveis sugestões de encaminhamentos às autoridades judiciárias. No que se refere à dinâmica proposta para o estudo, ele é compreendido a partir das informações referentes aos instrumentais utilizados, identificação das partes, antecedentes compreendendo as informações contidas nos autos processuais, contatos realizados, parecer técnico e possíveis observações, dependendo das singularidades de cada processo.

A análise de conteúdo dos processos (objeto da investigação), tendo em vista os elementos e aspectos contidos nos pareceres técnicos do assistente

social, terá como foco a intervenção profissional na Primazia ao melhor interesse de crianças e de adolescentes, diante de situações expostas em processos em trâmite nas Varas de Família, onde se percebe que pais ou responsáveis legais não têm proporcionado ou observado tal questão.

4.1.1. Levantamento de dados

Para o estudo proposto foram discriminados processos como fonte primária de coleta de informações, destacando aqueles que contemplam estudos sociais, termos de acordos, acompanhamento de visitas e informações. A amostra determinada abordou 53 processos judiciais, sobre os quais foi determinada ao assistente social a realização de estudo social. Desse universo elencamos categorias norteadoras que estão dispostas nos quadros a seguir apresentados:

Quadro 01: Origem dos Processos

Ocorrência	Origem do processo
07	1ª Vara da Família
35	2ª Vara da Família
10	Vara de Precatórias
01	3ª Vara Crime e Juizado Violência contra a Mulher
53	Total

Elaborado por: Tamara Chaves Caldas Mafra

A análise documental dos processos judiciais, descrita no item sobre a metodologia, proporcionou a classificação desses de acordo com a natureza da ação, conforme o quadro a seguir:

Quadro 02: Nomeação das Ações

Ocorrência	Nomeação da Ação
27	Ações de Guarda/modificação de Guarda
01	Guarda e Responsabilidade
10	Cartas Precatórias
01	Separação de Corpos
01	Separação Litigiosa
01	Busca e Apreensão
01	Medida Protetiva de Urgência

03	Regulamentação do Direito de Visitas
04	Dissolução/reconhecimento de Sociedade de Fato
01	Alimentos
02	Outros
01	Cautelar Inominada
53	Total

**Elaborado por:** Tamara Chaves Caldas Mafra

Outro aspecto que pode ser enumerado nos processos estudados, diz respeito às guardas sugeridas ou àquelas situações de fato que são confirmadas, sem sugestão de modificação independente de pleito daquele que não a detém. Cabe destacar que, o estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) em seu artigo 6º, preza na direção de que deverá ser levado em conta no atendimento da criança e do adolescente que: “os fins sociais a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento”.

### **Quadro 03: Direção de análise quanto a Guarda**

<b>Ocorrência de Regulamentação de Guarda</b>	<b>Para quem a Guarda foi sugerida ou confirmada:</b>
20	Mãe
16	Pai
07	Avós
04	Tios
02	Irmãos
02	Terceiros*
52**	Total de Guardas discutidas nos processos estudados.

**Elaborado por:** Tamara Chaves Caldas Mafra

\* Um desses processos não diz respeito à guarda, mas, à tutela em função de ambos os genitores serem falecidos.

\*\* Ressalte-se que alguns processos foram definidas guardas de um filho para o pai e de outro para a mãe, por exemplo, sendo assim, o número não corresponde ao total de crianças ou adolescentes envolvidos.

Da mesma forma, analisa-se, e conseqüentemente, enumera-se os motivos ou argumentações mais evidentes que direcionaram o parecer técnico, com relação à modificação ou não das Guardas e escolha daqueles que assumiriam os cuidados sobre as crianças ou adolescentes.

**Quadro 04: Elementos desencadeadores do parecer técnico**

Ocorrência	Motivo ou argumentação para parecer profissional:
23	<i>Status quo</i>
13	Opção dos filhos
11	Necessidade
09	Negligência
02	Opção dos genitores

**Elaborado por:** Tamara Chaves Caldas Mafra

A ação profissional pode ir além de se posicionar quanto aos assuntos que lhe são propostos, isto é, pode sugerir a intervenção de outros profissionais, como o psicólogo forense. Verificamos que foi sugerido o encaminhamento de 08 processos para que as partes fossem submetidas à perícia psicológica ou psiquiátrica (extra-fórum). Principalmente nos processos em que os filhos são envolvidos no conflito conjugal, fator que pode ser verificado em 06 processos.

Quanto à regulamentação de visitas, vê-se que alguns elementos além daquelas regulamentadas para o genitor não guardião.

**Quadro 05: Aspectos singulares quanto à regulamentação de visitas**

Ocorrência	Aspecto observado
06	Avós pleiteando direito de visitas aos netos
06	Visitas regulamentadas de forma livre
04	Visitas supervisionadas no ambiente forense
03	Visita com algum tipo de restrição
02	Visitas regulamentadas sem pernoite
08	Genitores que não têm interesse em vistas aos filhos
13	Guardião dificultando o acesso do não guardião ou de seus familiares aos filhos
42	Total de Processos nos quais foram verificados aspectos singulares

**Elaborado por:** Tamara Chaves Caldas Mafra

Um aspecto interessante que cabe ressaltar diz respeito ao número de processos encaminhados à realização de estudo social – por falta de entendimento entre as partes – que culminaram em realização de acordos no próprio setor de Serviço; acordos durante audiência (consensual); ou ainda quando os sujeitos



estudados concordam com os apontamentos feitos no parecer técnico do assistente social

**Quadro 06: Litígios resolvidos em consenso**

Ocorrência	Consenso
08	Construído no setor de Serviço Social
08	Partes concordam com o parecer
01	Acordo realizado em audiência
17	Total

**Elaborado por:** Tamara Chaves Caldas Mafra

Dos processos sobre os quais este estudo debruçou-se se verifica que o profissional de Serviço Social teve contato direto ou indireto com aproximadamente 68<sup>13</sup> crianças ou adolescentes. Intervindo em suas vidas, procurando defender seus direitos junto à justiça.

Os números apresentados apontam para as ações profissionais do assistente social de modo a qualificar a natureza do processo sobre o qual o profissional vai intervir e a quantificar as questões a serem estudadas e trabalhadas nesses processos. Além disto, organizados de forma enumeradas evidenciam aspectos e elementos vistos no cotidiano profissional que, ainda que pareçam singulares, são recorrentes e carecem de estudo reflexivo, o que ocorrerá no item a seguir.

#### 4.2. RELEVÂNCIA DE ELEMENTOS APONTADOS NA AÇÃO PROFISSIONAL

No universo dos 53 processos analisados das Varas de Família da Capital, verificam-se por meio de estudo reflexivo junto aos pareceres técnicos emitidos pelo profissional, alguns aspectos e elementos que determinam ou direcionam a forma como se dará a intervenção profissional. Neste sentido serão descritos àqueles em que esteve envolvido/ameaçado direta ou indiretamente o direito de crianças e adolescentes inseridos nas famílias abordadas pela profissional de Serviço Social.

<sup>13</sup> Esse número não é exato, pois, um dos processos o contato restou inviabilizado e a inicial processual não continha tais informações.

A prevalência da luta dos autores das ações (pais, mães, avós, outros parentes e inclusive terceiros) em garantir seus direitos, principalmente no que se referem aos filhos ou netos, não se caracteriza como um problema a ser trabalhado. No entanto, observamos que em muitos desses processos os autores e requeridos deixam de atentar ao melhor interesse das crianças e adolescentes em questão, enquanto seres em desenvolvimento.

Tratando-se de casais em processo de separação conjugal ou regularização das conseqüências de uma separação já ocorrida, tais relações “chegaram ao ponto de necessitarem de uma regulação através de agentes externos, já que o interno pareceu não dar conta satisfatoriamente” (MARQUES DA SILVA, 1999, p. 6).

Essa dualidade ou, às vezes, aversão de direitos faz com que o processo judicial e os interesses dos pais possam ser embaraçados com os dos filhos em inúmeros momentos de discórdias onde aparecem as diferenças e a hierarquização das necessidades dentro da família. Baptista (2000) assinala que, nas separações conjugais e divórcios, os temas de guarda e direito de visitas, do cônjuge que não detém a guarda, apresentam graves problemas de natureza moral e psicológica, e apesar de existirem em função e interesse dos menores, procurando manter o contato freqüente, entre pais e filhos, a lei, paradoxalmente, pauta e organiza o seu exercício como se o interesse fosse dos pais (*apud* TOLOI, 2006, p. 39).

Diante dessa postura dos responsáveis diretos pelo poder familiar, vê-se que o profissional de Serviço Social necessita intervir por meio do trabalho sócio educativo, perspectiva de trabalho profissional compreendida como

(...) aquela onde podem ser realizadas ações que favoreçam os sujeitos atendidos na elaboração e reconstrução de seus conhecimentos, em suas perspectivas de vida, de suas alternativas de sobrevivência e na melhoria da situação em que se encontram (MANINI, 2005, p. 12)

Intenta-se, assim, auxiliar na busca da autonomia dos sujeitos atendidos, proporcionando-lhes condições para comparar, valorar, intervir, (avaliar), escolher, decidir, romper (com o que está posto) (MANINI, 2005), partindo-se do entendimento de que “ser autônomo (...) consiste em possuir capacidade de eleger opções informadas sobre o que se tem que fazer e de como levá-lo a cabo” (DOYAL

e GOUCH, 1991, p. 53 *apud* PEREIRA, 2000, p. 70-71). Permitindo a eles visualizar o que vêm acarretando as questões relacionadas a disputa judicial aos filhos de forma direta ou indireta, prejudicando-os de forma imensa. O que destaca Marques da Silva (1999, p. 6), em suas discussões enquanto psicóloga do judiciário:

Daí em diante, é que se impõe como sendo de grande valia a intervenção de terceiros (juízes, psicólogos, assistentes sociais) mostrando que por um lado essa estrutura interna, não supriu as necessidades, que é imperioso se “por ordem na casa”. Mas, por outro lado, que esses indivíduos, ainda que brigando judicialmente – talvez esse seja o único caminho possível de ser trilhado por eles, naquele momento – tem uma história e com ela todo um trajeto de socialização que os fazem “dialogar” com os padrões vigentes e impostos, de outra maneira.

Inferi-se no estudo realizado que a partir dos estudos sociais, termos de acordos, informações e pareceres técnicos do assistente social nas Varas de Família da capital, as posturas assumidas pelos pais diante da lide travada contra o ex-cônjuge, ou dos progenitores contra os pais, postura esta que repercute direta ou indiretamente em suas relações com os filhos e na forma como tomam as decisões referentes a eles.

Tendo em vista a ruptura do vínculo conjugal, os genitores envolvidos nos diversos processos analisados apresentam posturas ou argumentos que não primam pelo interesse de seus filhos, ameaçando ou até mesmo violando direitos de crianças e adolescentes. Principalmente quando as questões sobre a guarda estão acompanhadas de regulamentações referentes às questões que envolvem a separação do casal. Segundo as discussões de Marques da Silva (1999, p. 7), um aspecto que não pode ser desconsiderado acerca desse ex-casal, é o de que embora esteja rompido o vínculo conjugal, estes carregarão para sempre “o vínculo entre si de pai e mãe dos filhos resultantes do casamento”. A autora acrescenta que,

a relação consigo próprio e com a prole, além da visão de mundo, certamente altera-se nesses indivíduos. O ser descasado não significa voltar a ser solteiro, principalmente quando se tem filhos. A paternidade e a maternidade passam a ser revistas, consciente ou inconsciente, seja pelo cônjuge que ficou com a guarda dos filhos, seja por aquele que não a tem (MARQUES DA SILVA, 1999, p. 7).

Entretanto, não se pode conceber que crianças e adolescentes partilhem e travem a luta ao lado de um dos pais ou de outros interessados com relação a disputa judicial, pois, certamente é importante

(...) lembrar que se os cônjuges (parceiros ou conviventes – acrescenta-se) são, um para o outro, apenas ex, para os filhos cada um deles será sempre o único pai, a única mãe. Não foram eles que escolheram os próprios pais, não podem substituí-los somente pelo fato de não se amarem mais (OLIVEIRA FILHO, 1999, p. 115-116).

No campo jurídico, Cahali *apud* Marques da Silva (1999, p. 8) “ensina que, em havendo luta entre os pais pela posse e guarda dos filhos menores, defere a lei ao magistrado arbítrio para que faça prevalecer o superior interesse da prole”.

A modalidade de guarda chamada de compartilhada, nos processos estudados não é muito vista verificada apenas em um terno de acordo e em um estudo social no qual os pais exercem de fato a modalidade, porém a mãe não reconhece, insistindo no pleito de guarda unilateral para si. Sobre a expressão guarda compartilhada, Giorgis (2008, s/p) estabelece a ideia de que

(...) é paradoxo interno, pois presume um condomínio de sentimentos do casal que só ocorre quando juntos no mesmo ninho. (...) É necessário esclarecer que a guarda compartilhada não será o remédio milagroso para a cura dos distúrbios familiares; nem divisão de tempo ou de semana, para folgança dos pais; não é a intromissão lá e cá, principalmente quando se cuidam de entidades reconstituídas; não tem lugar quando há mágoas, litígio ou difícil relacionamento na parceria. (...) Esse cooperativismo familiar exige que continue a convivência harmoniosa dos pais separados; que haja um trânsito natural do filho entre dois lares; e transpareça a convergência de esforços para um processo educacional eficiente e prazeroso; que haja diálogo e entendimento cotidianos; e o filho se sinta querido e não alijado da companhia por desculpas ou banalidades; que preserve a permanente paternidade ou maternidade, sem invejas ou frustrações.

Em vista disto, pode-se constatar que a guarda compartilhada objetiva apenas proporcionar ao genitor que não reside na residência principal da criança ou adolescente a participação de forma mais efetiva no cotidiano/vida dos filhos. Como partilhar as decisões referentes à escolha de escolas, cursos e atividades extracurriculares; acompanhá-los na ida a médicos, dentistas; colaborar no transporte às atividades diárias; além de visitas e acesso livre aos filhos e vice-versa.

Algo a ser percebido é o grande número de genitores guardiões que impedem ou dificultam o contato dos genitores não guardiões com os filhos, na intenção de punir o ex-cônjuge em função da relação conjugal desfeita. Segundo a Desembargadora Maria Berenice Dias sobre os sentimentos de vingança entre os ex-cônjuges, “(...) muitas vezes a ruptura da vida conjugal gera na mãe sentimento de abandono, de rejeição, de traição, surgindo uma tendência vingativa muito grande”. E acrescenta,

(...) ao ver o interesse do pai em preservar a convivência com o filho, quer vingar-se, afastando este do genitor. Para isso cria uma série de situações, visando dificultar o máximo ou a impedir a visitação. Leva o filho a rejeitar o pai, a odiá-lo. A este processo o psiquiatra americano Richard Gardner nominou de “síndrome da alienação parental” (DIAS, 2006, s/p).

Também são observados que em muitos casos há desrespeito à integridade psicológica e emocional dos filhos, expondo-os a situações impróprias e permitindo que tomem conhecimento de fatos, assuntos e questões referentes apenas a conjugalidade, e, principalmente para compreensão apenas dos adultos. Interferindo na parentalidade de forma prejudicial ao relacionamento de um dos genitores ou até de ambos com os filhos. Ressaltando-se que

(...) é preciso lembrar que eventuais intranquilidades dos filhos resultam muito mais da situação de conflito dos pais e não do rompimento da relação de ambos como um fato em si. (...) O sentimento dos pais pelo filho não se esvai com o desate do compromisso amoroso que antes motivou a concepção deste (GIUSTI *apud* SOUZA, 2009).

Apresentar aos filhos um culpado pelo fim da relação conjugal ou pela disputa travada nas questões em que esses estão diretamente envolvidos acarreta sérios prejuízos, como afirma Petry Júnior (2007, s/p), em sua obra, onde discute a separação com causa culposa:

A discussão da culpa traz prejuízos conhecidos e reconhecidos não só no campo do direito. BRITO, psicóloga que elaborou estudo sobre a atuação deste profissional em unidades jurisdicionais de família, relata a impropriedade de transmitir aos filhos a idéia de que a relação terminou por erros de um ou de ambos os pais – até porque, sustenta, as dificuldades têm origens bilaterais derivadas da condição pessoal de cada um dos consortes.



As conseqüências da postura assumida pelos responsáveis pelas crianças e adolescentes envolvidos nos litígios familiares são alvo de preocupação das autoridades e profissionais do campo sócio-jurídico, pois, o vínculo parental permanecerá independente do conjugal. Quanto a isto Motta (1999. s/p.) destaca que,

(...) na separação, sobretudo na culposa, é por demais frustrante constatar que as armas mais poderosas e quase sempre à mão são os filhos, bem maior do casal e única razão que o obrigará a conviver no mínimo decentemente até o resto de seus dias.

Verifica-se que isso acaba repercutindo na sugestão, geralmente considerada pelo magistrado, de encaminhamento para realização de perícia psicológica junto à profissional forense, pois, as situações ultrapassam a área social e entram no âmbito da psique.

A exigência de visitas em dias, horários e por períodos sem levar em consideração a faixa etária dos filhos, as necessidades e as preferências deles, também é comum nos litígios de guarda ou regulamentação de visitas, sendo assim, geralmente, os genitores dão início a lide pensando no que é melhor ou mais facilitador para os próprios genitores, desconsiderando o bem-estar dos filhos integralmente. E sobre isto, Araújo (1994, p. 7) afirma que “para regulamentação de visitas, atenta-se para a idade das crianças, sua noção de tempo, seus hábitos e a condição do não-guardião em atendê-las durante a visitação”. Segundo Roberto João Elias (1999, p. 65),

Também no caso de visitas deve-se observar o que convém ao menor, ainda que subsista o direito dos pais. É possível, por exemplo, que em determinada circunstância, se restrinja tal direito. As restrições que porventura surgirem não devem ser estabelecidas para a satisfação daquele que tem a guarda, porém, para assegurar o bem-estar do filho.

Dessa forma, faz-se necessário que a autoridade judiciária, de posse de estudo social realizado por assistente social, leve em conta os elementos identificados na singularidade do caso, observando se a forma de convivência estabelecida entre o visitante e o visitado atende aos interesses do último, não o expondo a qualquer tipo de situação de risco. Conforme nos aponta as reflexões de Bosch (2005, s/p.):

Cabe ao juiz, analisando o caso concreto, verificar se a convivência estabelecida entre visitante e visitado atende aos interesses deste último e não o expõe a uma situação de risco potencial. Percebendo o magistrado que o visitado está sofrendo, ou em vias de sofrer, uma violação dos seus direitos ou de sua integridade física e/ou psicológica deve, imediatamente, suspender a visita até que cesse o ato lesivo e haja garantia de que não se repetirá no futuro.

Visto que, o direito de visita não possui caráter definitivo, devendo ser alterado sempre que as circunstâncias assim indicarem, pois, é preciso ter-se claro que

(...) o direito de visitas não é absoluto, pois, por humana que se apresente a solução de nunca ferir o pai ou a mãe do direito de ver seus filhos, situações se podem configurar em que o exercício do direito de visita venha a ser fonte de prejuízos (...) sendo certo que todos os problemas devem ser solucionados à luz do princípio de que é interesse dos menores o que deve prevalecer (MATTIA, 2001, s/p.).

Os genitores possuem imensa dificuldade de compreender que a criança ou adolescente não é mais um bem a ser litigado, mas, que ambos devem entrar em acerto tendo como prioridade a melhor solução para o filho, significando isto, em muitos casos, abrir mão da guarda unilateral para a compartilhada ou até mesmo, cedendo a guarda para o outro genitor em função de escolha do próprio filho. Cezar-Ferreira (2004, p. 68-69) afirma que "a circunstância de ter que escolher entre pai e mãe gera um conflito de lealdade, que dificulta a adaptação da criança à nova organização de sua família que, na verdade, não é mais uma, mas duas, às quais pertence". Desta forma não se pode determinar ou pressionar o filho a escolha exclusiva de um dos genitores, mas, deve-se proporcionar a ele um clima de segurança que mostre que independente da escolha deste, ambos os genitores permanecerão sendo pais e o amando da mesma forma. Segundo Souza (2009, p. 10):

O genitor guardião não é melhor do que o não-guardião. Apenas, e de forma não definitiva, exerce a guarda de um filho que não pode ser partido em dois, como na parábola de Salomão. Morar com um dos pais constitui somente um ajuste necessário às circunstâncias de fato criadas pelos próprios genitores. Isso, de forma alguma, faz presumir que aquele com quem o filho habita é mais importante, penalizando-se o outro genitor com um distanciamento muitas vezes irreversível. Agir assim é uma violência, principalmente contra as crianças envolvidas no conflito.

As crianças ou adolescente podem vir a escolher um dos pais apenas pela forma como a família foi estruturada, ou seja, valendo-se de questões que muitas vezes a própria criança ou adolescente não consegue explicar, como por exemplo, quando um pai assume durante o casamento os cuidados referentes ao filho em função de um emprego mais flexível, na separação dos pais, o filho escolhe este pai e a mãe acaba não compreendendo que o filho a ama tal e qual ao pai, porém, estabeleceu com ele um vínculo diferente. Quanto a isto, Cenise Monte Vicente (2005, s/p), afirma que "o vínculo é um aspecto tão fundamental na condição humana e particularmente essencial ao desenvolvimento, que os direitos da criança o levam em consideração na categoria **convivência-viver junto**".

Constitui-se como assaz importante que os pais ou guardiões garantam às crianças ou adolescentes a segurança de que a convivência com ambos os genitores e demais familiares continuará existindo mesmo após uma separação ou divórcio.

Essa convivência triangular é essencial para a formação sadia da personalidade dos filhos. É através dela que os filhos — e também seus genitores — seguem reconhecendo a alteridade, fato que tende a facilitar a futura autonomia da criança envolvida na separação. Além disso, afastada de um dos pais, a criança fica confusa porque "seu ser íntimo, o sujeito tal como formado por aqueles dois seres estruturantes, fica abalado (SOUZA, 2009, s/p).

O Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe em seu art. 1º "sobre a proteção integral à criança e ao adolescente" apontando para o fator de que é "dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público, assegurar, com absoluta prioridade", no tocante a outros direitos claramente mencionados, aqueles referentes à "convivência familiar", expressando a importância que o aludido diploma confere ao convívio dos infantes com seus pais, avós, e demais parentes, e sua repercussão sobre o seu desenvolvimento.

Nestes casos, a mãe pode não admitir a escolha do filho, e exigir que este lhe seja leal (subjetivamente ou não), gerando um conflito de lealdade. Segundo Cezar-Ferreira (2004, p. 68-69):

O conflito de lealdade é responsável por grande parte do sofrimento dos filhos, na situação de separação. As lealdades ficam divididas, uma vez que os filhos sentem que ser leal a um significa ser desleal ao outro (Boszormenzy-Nagi e Spark: 1983). Não é raro que o tema da lealdade seja manipulado pelos pais em sua "guerra particular", embora sem total

consciência disso e, sobretudo, sem consciência do mal que estão causando aos filhos, já bastante afetados pela situação em si.

Os filhos então, se vêem encurralados pelos próprios genitores ao serem forçados a apresentar a vontade diante de um pai ou mãe decepcionado com sua decisão. É neste momento que o profissional de Serviço Social pode intervir “colhendo” da criança ou do adolescente seu desejo ou qual ambiente está mais adequado a lhe receber, isto é, qual genitor apresenta melhores condições de assumir a responsabilidade sobre o filho. Desta forma, o melhor interesse da criança ou adolescente é apresentado em parecer técnico profissional, deixando de ser algo pessoal de filho *versus* genitor.

É esclarecido desde o princípio, e, em alguns casos necessita-se repetir constantemente, que se tem a função de garantir que sejam efetivados os direitos que dizem respeito às crianças e adolescente, elucidando por meio do raciocínio de que os adultos, genitores, progenitores ou terceiros possuem seus respectivos advogados. Os quais trabalharão para que seus clientes tenham asseguradas suas vontades, ou seja, sejam defendidos seus direitos diante da autoridade competente para julgar. Assim, o assistente social representaria para as crianças e adolescentes seu próprio advogado, pois exerce sua função para privilegiar aquilo que lhe seja mais conveniente, isto é, apresentar a autoridade competente os interesses dessa criança ou adolescente, para que esta possa ser ouvida de forma imparcial e sem pressões de qualquer um dos envolvidos.

O parecer técnico do assistente social materializa então a expressão da vontade dos filhos em relação à lide dos genitores, progenitores ou outros, que ferem seu direito. Sendo o mapeamento de uma situação para melhor contemplação da autoridade judiciária, visando uma tomada de decisão calcada e eficiente.

A intervenção profissional tem por finalidade primordial a efetivação de direitos, em especial de crianças e adolescentes inseridos nos conflitos judiciais de família. E tal finalidade, tem como base a primazia do melhor interesse de crianças e adolescentes, ponto discutido no item a seguir.



#### 4.3. PARECER TÉCNICO PRIMANDO O MELHOR INTERESSE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Para melhor tomada de decisão, como supramencionado, as autoridades judiciárias têm encaminhado com freqüência os processos em trâmite nas Varas de Família da Capital ao setor de Serviço Social, para que o assistente social realize estudo social junto às partes envolvidas na ação proposta judicialmente.

Nesses processos, ao entrar no contexto a ser estudado, o profissional de Serviço Social, depara-se com as situações descritas no item anterior, isto é, observa que, muitas vezes, aqueles que deveriam resguardar as crianças e adolescentes (seus pais) são exatamente os que ameaçam ou violam seus direitos.

Neste campo os profissionais não têm como se furtar ao binômio garantia de direitos versus violação de direitos, que se intensifica num contexto neoliberal marcado pelo adensamento das desigualdades sociais, pelo desmonte das políticas públicas sociais e pelo fortalecimento das lógicas do favor, do assistencialismo, da politicagem e do preconceito, elementos que há anos constituem a formação econômica, política, cultural e social do país (PEQUENO, 2004, p. 12).

Desta forma, o assistente social precisa estar preparado tecnicamente para trabalhar com os “responsáveis” pelo bem-estar da criança ou adolescente em questão, utilizando-se principalmente do eixo sócio-educativo (OLIVEIRA, 2008). Buscando proporcionar aos sujeitos que tenham a percepção real da postura tomada até então ao que diz respeito àquele que deve ser “guardado”, e, não disputado.

São realizadas orientações quanto à forma que esses genitores devem comportar-se com relação à conjugalidade, para que seus conflitos não adentrem a esfera da parentalidade. Separando-se o que se trata dos filhos ou netos daquilo que convém apenas ao casal ou partes em litígio. Alertando-os quanto às consequências para o desenvolvimento dos filhos, inclusive, em certos casos, sugerindo em parecer técnico que as partes sejam submetidas à avaliação psicológica.

O profissional necessita estar atento a possíveis manipulações de uma das partes sobre a criança para que esta manifeste uma vontade que não condiz com seu real desejo, ações essas que podem ser percebidas – em muitos casos –



apenas depois de inúmeros contatos, por isto a importância de contactar-se a criança ou adolescente em um ambiente livre de pressões, como a escola, por exemplo. Ou então, agendar horários de contatos conjuntos com cada adulto envolvido em separado, o que pode demonstrar se a vontade manifestada não se altera em função da presença de um dos que litigam sobre ela.

Partindo-se do pressuposto de que a busca principal do assistente social, junto aos processos no direito de família com envolvimento de crianças e adolescentes, é a verificação do que é mais adequado, ou melhor, para eles, Gonçalves, 2007, afirma que “sempre que possível, atender-se-á a vontade manifestada pelo próprio menor, quanto à sua conveniência”. Mas, tal conveniência nem sempre é a vontade declarada verbalmente pela criança, que talvez não tenha compreensão de elementos que podem vir a comprometer seu desenvolvimento sadio e seguro. Procura-se sempre ouvi-las e esclarecer seu desejo, caso este se confronte com seus direitos, isto será motivo para entender-se que não é o mais indicado.

Por meio das atividades realizadas – entrevistas, visitas, contatos telefônicos, observações – o assistente social elabora o estudo social, construindo “um saber a respeito da população usuária dos serviços judiciários. Um saber que pode se constituir numa verdade” (FÁVERO, 2004, p. 83). Diante da configuração que o estudo social assume tendo em vista as perspectivas elencadas pelo assistente social, as inferências de Fávero (2004, p. 83) corroboram nessa direção:

(...) com menor ou maior detalhamento, a sistematização do estudo realizado (...), transforma-se num instrumento de poder ou num saber, convertido em poder de verdade, que contribui para a definição do futuro de crianças, adolescentes e famílias, posto que ele é uma das provas que compõe ou que pode compor os autos.

O trabalho proposto tem reconhecido que o estudo social apresenta essa propusitude, prova esta, que muitas vezes acaba sendo ressaltado nas sentenças, quando os juízes citam trechos do estudo social elaborado pelo assistente social para justificar a decisão tomada. E ambos, tanto os juízes e promotores de justiça quanto os assistentes sociais e psicólogos, buscam trabalhar articuladamente devido à adoção do novo diploma do princípio do “melhor interesse da criança”, estampado no art. 3º do Decreto n. 99.710/90, que ratificou a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (GONÇALVES, 2007, p. 326).

Ainda que a criança e o adolescente envolvidos nos processos judiciais sejam o foco principal da atenção do assistente social, diante da determinação de realização de estudo social, eles não são e nem podem ser os únicos enfoques. Existe a necessidade de que os pais, avós, tios ou outros possíveis responsáveis possam ser orientados a respeito de seus direitos e deveres com relação aos filhos, netos ou aqueles a quem lhes cabe guardar.

Importante frisar que na elaboração do parecer, o profissional faz o contraponto da realidade estudada/apresentada com a fundamentação teórica que norteia o agir profissional bem como o próprio parecer.

Destarte, cabe a afirmação de que o profissional de Serviço Social apresenta em seu fazer profissional no campo-judiciário, por meio do trabalho sócio-educativo junto às famílias envolvidas em disputas ou conflitos judiciais, um significativo trabalho de transformação. Transformação de perspectivas e direcionamentos da maneira como os sujeitos abordados passarão a conduzir as próprias atitudes, de forma autônoma, porém, com a compreensão de que as crianças e adolescentes precisam ser resguardadas dos assuntos que não lhe dizem respeito, para que possam ter seus direitos assegurados e possam crescer tendo clareza de que há uma justiça. E esta, é capaz de assegurar seus direitos, inclusive com punições aos possíveis violadores ou exigência de que mudem a postura que infringi direitos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho objetivou abordar a temática da Primazia ao melhor interesse da criança e do adolescente junto ao Poder Judiciário da Capital do estado de Santa Catarina, tendo como foco a intervenção do assistente social, para tanto buscou ordenar as legislações que norteiam as questões, bem como tecer considerações acerca da Instituição e de suas formas de processualizar sua ação.

O profissional de Serviço Social teve sua inserção no campo sócio-jurídico para trabalhar junto às demandas referentes a crianças e adolescentes em situação de infração ou risco. Porém, diante do movimento histórico e contextual da sociedade, novas demandas foram apresentando-se, carecendo a justiça, enquanto instituição, de que tal profissional atuasse dentro de outras áreas do direito: penal e a de família.

A função social da profissão, que trata de responder as necessidades apresentadas, acompanha o momento histórico da sociedade na qual está inserida. Desta forma, as transformações societárias relacionadas às famílias, e, conseqüentemente, as formas de a justiça atuar junto às famílias, trouxe novas demandas ao profissional de Serviço Social.

Insere-se a atuação profissional no contexto do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, este o órgão responsável pela concretude do direito na transformação e condução da sociedade segundo as normas constitucionais e legais. Especificamente, na análise apresentada, da aplicação de princípios e regras do direito de família e de proteção a criança e adolescentes.

O fazer profissional do assistente social nas Varas de Família, relaciona-se com as questões sócio-jurídicas relevantes dentro das relações familiares, principalmente àquelas que envolvem pessoas interditadas ou em processo de, e crianças e adolescentes, por entender-se que não têm autonomia para responder sobre sua vida civil, cabendo ao magistrado atentar, cuidadosamente, sobre os litígios em que tais indivíduos estão envolvidos.

Em tal contexto específico o assistente social vê-se enquanto agente fundamental da política social, visto que busca incutir a noção de direito ao público atendido. Além disso, no que tange a prática profissional do assistente social, este tem por base, a busca pelo cumprimento aos princípios e direitos contidos na Constituição Federal de 1988 (CF/88), a defesa dos interesses de crianças e

adolescentes dispostos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), os princípios referentes à Política de Assistência Social no art. 203 da CF/88, a lei que regulamenta a profissão e as leis acerca das questões de direito de família, além de inúmeros outros dispositivos legais que fundamentam a política social para as ações do assistente social no campo sócio-jurídico especificamente.

O assistente social, quanto à demanda majoritária nessa área, lida com muitas famílias que se encontram em situação de litígio em relação aos filhos ou netos. Questões que dizem respeito ao direito de crianças e adolescentes, a saber: definição de guarda, prestação de alimentos, regulamentação de visitas, e demais ações que podem acarretar em ameaça ou violação de direitos. Sendo assim, esse profissional pautará a atuação, na primazia ao melhor interesse da criança e do adolescente.

O trabalho sócio-educativo junto às famílias compreende uma ação sustentada pela base teórico-metodológica que devidamente apropriada atua na possibilidade de contribuir na transformação da visão de mundo e de modo de agir dos responsáveis pelas crianças e adolescentes inseridos nas disputas judiciais. Esse trabalho ocorre fazendo-se uso de um conjunto articulado de instrumentos e técnicas que permitem a operacionalização da ação profissional qualificadamente, isto é, os instrumentais técnico-operativos (visitas, entrevistas, acordos, e outros) auxiliam na realização da ação profissional e influem no alcance dos objetivos.

No campo sócio-jurídico o fazer profissional do assistente social é permeado por desafios cotidianos, tanto com relação às demandas em constantes mutações e diversidades, quanto àqueles relacionados à organização institucional dentro da qual está inserido.

Entretanto, o maior desafio diz respeito à luta pela garantia de que os direitos dos usuários sejam efetivados, saindo de um discurso complexo para uma ação concreta, uma *práxis* que vai além do que está posto e interfere de forma qualificada na vida e principalmente nas relações familiares que adentram o campo da justiça.

A análise dos estudos sociais dos processos em trâmite nas Varas de Família da Capital proporciona a observação de elementos importantes sobre a compreensão da forma como a intervenção profissional do assistente social tem se dado no campo sócio-jurídico.



Nosso estudo pode assinalar que a guarda unilateral materna não se apresenta em números expressivamente superiores a guarda unilateral paterna. Além da entrada de novos autores de ações de Guarda, como avós, tios e irmãos.

Grande número de pais, envolvidos nas ações de Guarda ou modificação de Guarda, vêem os filhos como mais um bem a ser disputado. Em função disto os filhos são envolvidos na trama do conflito conjugal, que abala a relação parental deles com um dos pais ou ambos; ou, o que ocorre é a atitude do guardião de dificultar o acesso do não guardião e de seus familiares ao filho. Ponto este que tem levado, inclusive, muitos progenitores a darem entrada em ações de regulamentação de visitas para garantia do direito de convivência com os netos.

Entretanto, nem em todos os processos vemos pais ou responsáveis que buscam ter os filhos em sua companhia a qualquer custo. As modificações de guarda são determinadas por vários motivos, porém, observa-se um número significativo de processos que a alteração se dá em função de negligência daquele que detinha a guarda até então. Além disto, pode-se verificar que muitos dos genitores estudados não nutrem interesse em manter um contato próximo aos filhos, muitos por já constituírem novas famílias, ou por não possuírem vínculo que justifique.

O parecer técnico do assistente social considera algumas questões para direcionar sua constatação e encaminhamentos. Quanto às decisões sobre Guarda, o profissional leva em conta principalmente o *status quo*, pois entende que se a situação apresentada não oferece riscos ou violação de qualquer direito, se a criança encontra-se bem atendida em suas necessidades essenciais, não existe o porquê alterá-la.

Outro fator de grande peso junto ao parecer diz respeito a manifestação das crianças e adolescentes envolvidos. No próprio modo de ver do sujeito, as questões as quais ele mesmo vivencia, o profissional pode observar e constatar, na maioria dos casos, qual a melhor posição a se colocar.

Assim, o assistente social ao realizar o estudo social junto às famílias em litígio nas Varas de Família, depara-se com responsáveis por crianças e adolescentes que não se mostram demasiadamente responsáveis, ou seja, entram na justiça com suas ações buscando garantir seus direitos, porém, violam ou ameaçam os direitos dos próprios filhos.



Ao dificultar o acesso do filho ao outro genitor ou outros parentes, viola o direito da criança e do adolescente de convivência familiar; ao envolver os filhos em seus conflitos conjugais, ameaça seu desenvolvimento sadio emocional e psicologicamente; dentre outras posturas levantadas ao longo deste estudo.

Urge alguns desafios, cujo enfrentamento depende de munir-se técnica e intelectualmente para intervir junto a tais questões de forma qualificada. Principalmente por meio de seu trabalho sócio-educativo junto aos pais ou demais autores e o reconhecimento de que as famílias apresentam aspectos que carecem do agir de outras áreas de conhecimento, com a sugestão de encaminhamento para realização de perícia psicológica.

Isto pode ser visto nos apontamentos sobre o número de processos que, diante da ação do assistente social, culminaram em acordos ou desfechos em audiência de forma consensual, e outros em que o parecer técnico foi de encontro com os interesses das partes envolvidas. Mostrando que é possível um agir profissional que transforma a realidade posta.

No caso das Varas de Família, transformar a forma como as ações são conduzidas pelas partes de modo a garantir que os direitos das crianças e adolescentes sejam efetivos e concretos. Que não saiam feridos dessa “guerra fria parental” aqueles que precisam ser preservados pelos seus guardiões, isto é, ainda que seja redundante “que os guardiões possam guardar” e não prejudicar.

Todos esses desafios impulsionam ao imperativo de que a categoria profissional permaneça refletindo, estudando, pesquisando e se articulando internamente, assim como para além de si mesma, com outras categorias profissionais, com vista a uma intervenção devidamente entrosada e comprometida com a garantia dos direitos de crianças e adolescentes.

Desde a criação do primeiro cargo de assistente social no judiciário catarinense, os profissionais transcenderam de uma prática conservadora à um comprometimento com o projeto ético-político, calcado na liberdade, garantia de direitos e justiça social.

Em suma, o que se demonstrou neste trabalho foi que as ações profissionais do assistente social no campo sócio jurídico, nas Varas de Família da Capital, são direcionadas a fazer valer o princípio do “melhor interesse da criança”, identificado como direito fundamental na Constituição Federal (art. 5º, § 2º), em

razão da ratificação pela Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança-ONU/89.

## REFERÊNCIAS

AMADOR, Josy Ramos de Oliveira. **A prática do assistente social na atualidade: a sala de espera como alternativa nos espaços do plantão**. RJ: 2009.

ARAÚJO, BRUNO E KRÜGER. O trabalho de perícia social. **Logos. Revista de Divulgação Científica**, ano 6, nº 1, Canoas: ULBRA, 1994.

AZEVEDO GUERRA, Viviane N. de. **Violência de Pais contra filhos: a Tragédia Revisitada**. 3 ed. rev. Ed. ampl. São Paulo: Cortez, 1998.

BAPTISTA, M. V. **A ação profissional no cotidiano**. In: MARTINELLI, M. L., et al. (Org.). *O uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber*. São Paulo: Cortez, 1995.

BOSCH, Fábio Buab. **Direito de Visitas**. São Paulo: Saraiva, 2005.

BRASIL. Lei nº 8069 de 13 de julho de 1990 – dispõe sobre o **Estatuto da Criança e do Adolescente**.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006.

\_\_\_\_\_. **Novo Código Civil**, Lei nº 10.406/02, Art. 1.724.

BRASILIENSE, Danielle Ramos. **As marcas de criminalização do menor nas narrativas da imprensa**. 2007.

BRINGHENTI, Simone. **Exercício do poder familiar após a ruptura conjugal: um estudo com famílias atendidas pelo serviço de mediação familiar do Fórum da Capital de Santa Catarina**. Monografia defendida na Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social. Florianópolis. 2009.

CALÇADA, A.; CAVAGGIONI, A.; NERI, L. **Falsas Acusações de abuso sexual – o outro lado da história**. Niterói, 2001.

CEZAR-FERREIRA, Verônica A. de Motta. **Família, separação e mediação: uma visão psicojurídica**, São Paulo: Métodos, 2004.

CHUAIRI, Sílvia Helena. Assistência jurídica e serviço social. In: **Serviço Social & Sociedade**, ano XXII, n.67, São Paulo: Cortez Editora, 2001.

CLAUDINO, Josélya; BEZERRA, Sílvia Fernanda; FRANÇA, Andréa Paiva de. A constituição de 1988 e a nova concepção de Justiça. In: **TCC: Serviço Social e Poder Judiciário em PE – Ano 2004**. Disponível em: [www.tjpe.jus.br/servsocjec](http://www.tjpe.jus.br/servsocjec)  
Acesso em 12/10/2009.

COSTA, Elizabeth Francisca; SILVA, Moacir Vieira da; PRAZERES, Renata Cristina B.. **TCC: Representações sociais e guarda paterna: um estudo sobre as**

**motivações do genitor.** 2004. In: <http://www.tjpe.ius.br/servsocjec/index.asp> (Acesso em: 05/04/10.)

COSTENARO, Denise. VOGEL, Viviane. **O exercício da prática profissional – dilemas e perspectivas do Serviço Social na área jurídica.** Trabalho de conclusão de curso defendido na Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social. Florianópolis. 1997.

Cress 10ª Região. **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais.** Coletânea de leis. 2005

DAL-BÓ Ana M. M.; COSTA Flávia N.; LEEPKLALN Maria I. P.. **O Serviço Social no poder judiciário de Santa Catarina: Construindo indicativos/organização da Assessoria Psicossocial.** Florianópolis: Divisão de Artes Gráficas, 2001. 159 op.

DIAS, Maria Berenice. **Síndrome da Alienação Parental, o que é isso?.** Jus Navigandi, Teresina, ano 10, n. 1119, 25 jul.2006.

ELIAS, Roberto João. **Pátrio poder: guarda dos filhos e direito de visitas.** São Paulo: Saraiva, 1999.

**ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.** Lei federal nº8069/90.

FÁVERO, Eunice Teresinha. **O Estudo Social: fundamentos e particularidades de sua construção na Área Judiciária.** In: O estudo social em perícias, laudos e pareceres técnicos: contribuição ao debate no Judiciário, Penitenciário e na Previdência Social/CFESS (org.) 6ª ed. – São Paulo: Cortez, 2006.

\_\_\_\_\_. Serviço Social, direitos e prática profissional. In: **Serviço Social e Sociedade.** São Paulo. N. 99, p. 434-443, jul./set. 2009.

\_\_\_\_\_. As implicações ético-políticas do processo de construção do estudo social. **Revista em Foco: O Serviço Social e o Sistema Sociojurídico.** CRESS - 7ª Região. Programa de Pós-graduação de Serviço Social da UERJ. Rio de Janeiro. Edição n. 2, 73-93, maio, 2004.

\_\_\_\_\_. O Serviço Social no Sistema Sócio-Jurídico. **Reflexões sobre fundamentos da ação profissional no espaço ocupacional sócio-jurídico, na direção da efetivação de direitos.** Apresentação na Plenária do Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais, CRESS - 6ª R. MG, no dia 18/05/2007.

GIORGIS, José Carlos Teixeira. Artigo: **A Guarda Compartilha** – Publicado em 29/05/2008. In: <http://www.ibdfam.org.br/?artigos&artigo=421>. Acesso em 13/06/2010.

GIUSTI, Edoardo. **A arte de separar-se.** Tradução de Raffaella de Filippis. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro**, volume VI: direito de família. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2007.

GUERRA, Yolanda. Instrumentalidade do Processo de Trabalho e Serviço Social. In: **Serviço Social e Sociedade** n.º 62. 2000

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade; trabalho e formação profissional**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

\_\_\_\_\_. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e Formação profissional**, 4ª ed. Cortez, São Paulo 2001.

KOSIK, Karel. **O mundo da pseudoconcreticidade**. In: Dialética do concreto. ed. Paz e Terra, 3ª ed. 1985.

LEWGOY, A. M. B. & SILVEIRA, E. M. C. **A entrevista nos processos de trabalho do assistente social**. In: Revista Textos & Contextos Porto Alegre v. 6 n. 2 p. 233-251. jul./dez. 2007

MAGALHÃES, S. M. **Atendimento X elaboração do laudo social: o contraditório da Justiça ao vivo e a cores, nas formas de comunicação forense**. Disponível em: <[www.abepss.ufcs.br/CO\\_sociojur.htm](http://www.abepss.ufcs.br/CO_sociojur.htm)> Acesso em: 01/10/2009.

MANINI, Cristiane. **A TOMADA DE CONSCIÊNCIA E DECISÃO DOS SUJEITOS ATENDIDOS: na perspectiva da concretização do caráter sócio-educativo no processo de trabalho em Serviço Social**. Trabalho de Conclusão de Curso. Apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade de Caxias do Sul, RS, dezembro de 2005.

MARQUES DA SILVA, Evani Zambon. **Paternidade ativa na separação conjugal**. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 1999.

MARTINELLI, Maria L. **O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em Serviço Social**. Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Identidade, n. 1. 2. ed. São Paulo: PUCSP, 1994.

MARTINELLI, Maria Lúcia e KOUMROUYAN, E. Um novo olhar para a questão dos instrumentos técnico-operativos em Serviço Social. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. n. 45, Cortez Editora: São Paulo, 1994, p. 137.

MARTINS, Cristina Lempek. **O papel do Assistente Social nas Varas de Família: Aspectos conceituais, metodológicos e técnicos**. Monografia defendida na Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social. Florianópolis. 2007.

MATTIA, Fábio Maria de. **Direito de visita – Direito de visitas e limites à autoridade paterna**. Enciclopédia. São Paulo: Saraiva, v. 77, 2001.

MINUCHIN, Salvador. **Técnicas de Terapia Familiar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.



MIOTTO, Regina Célia Tamaso. Família e Serviço Social – Contribuições para o debate. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. Ano XVIII nº 55. São Paulo: Cortez, 1997.

\_\_\_\_\_. Perícia Social: proposta de um percurso operativo. In: **Serviço Social e Sociedade**, n. 67. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

MÔNACO, G. & CAMPOS, M. L. (2005). **O direito de audição de crianças e jovens em processo de regulação do exercício do poder familiar**. Revista Brasileira de Direito de Família, 7(32), 5-19.

MONTEIRO, Washington de Barros. **Curso de Direito Civil, Direito de Família**, vol. 2, Ed. Saraiva, 1997, 34ª ed., SP, pág. 235.

MOTTA, Maria Antonieta Pisano. Busca e Apreensão de filho: uma medida de proteção?. In: **Revista Brasileira de Direito de Família**, vol. 1, n.1, abr/jun. Porto Alegre: Editora Síntese, IBDFAM, 1999.

NETTO, J. P. **O desafio de afirma direitos num mundo globalizado e desigual**. Brasília, Cfess, v. 00, n. 0, 2008. Disponível em: [www.cfess.org.br](http://www.cfess.org.br). Acesso em: 20/03/2010.

OLIVEIRA, Mara de. **Trabalho com famílias: eixos metodológicos da intervenção**. In: 19º Conferência Mundial de Serviço Social, 2008, Salvador. Anais da 19º Conferência Mundial de Serviço Social - o desafio de concretizar direitos numa sociedade globalizada e desigual, 2008.

OLIVEIRA FILHO, Bertoldo Mateus de. **Emocionando a razão: aspectos socioafetivos no direito de família (união conjugal e entidades familiares)**. Belo Horizonte: Inédita, 1999.

PEQUENO, Andréia Cristina Alves. Apresentação. **Revista em Foco: O Serviço Social e o Sistema Sociojurídico**. CRESS - 7ª Região. Programa de Pós-graduação de Serviço Social da UERJ. Rio de Janeiro. Edição n. 2, 9-14, maio, 2004.

PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades Humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. São Paulo: Cortez, 2000.

PERIN, Silvana Dóris. **A visita domiciliar como instrumento de apreensão da realidade social**. Disponível em [http://www.mpdft.gov.br/senss/anexos/Anexo\\_7.6\\_-\\_Silvana\\_Doris.pdf](http://www.mpdft.gov.br/senss/anexos/Anexo_7.6_-_Silvana_Doris.pdf) (Acesso em: 11/09/2009).

PETRY JUNIOR, Henry. **Separação com causa culposa: uma leitura à luz da hermenêutica constitucional**, Florianópolis: Conceito Editorial, 2007.

PIZZOL, Alcebir Dal. **Estudo Social ou Perícia Social? – um estudo teórico-prático na Justiça Catarinense** – Florianópolis: Insular, 2005.

\_\_\_\_\_. **O Serviço Social na justiça comum brasileira: aspectos identificadores – perfil e perspectivas profissionais.** Florianópolis: Isular, 2008.

RODRIGUES, Sílvio. **Direito de Família.** In: Direito Civil. v. 6. São Paulo: Saraiva, 2002.

SANTOS, Grezielly L. R. dos. **A instrumentalidade do Serviço Social na área sociojurídica.** Disponível em: <<http://www.gepsojur.org/anais-connasp/docs/PP-04.pdf>> Acesso em: 01/10/2009.

SARMENTO, Helder Boska de Moraes. **Instrumentos e técnicas em serviço social: elementos para uma rediscussão.** Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC, 1994.

SCHÜRHAUS DA SILVA, Karen. **A análise do estudo social nos processos de guarda nas varas de família, órfãos e sucessões do Fórum de Justiça da Comarca da Capital.** Monografia defendida na Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social. Florianópolis. 2002.

SCHLÖSSER, Janete. **O parecer social como subsídio para a modificação de guarda na Vara da Família, Órfãos e Sucessões do Fórum da Comarca da Capital.** Monografia defendida na Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social. Florianópolis. 2000.

SILVA, Simone Cristina da. SILVA, José Fernando Siqueira da. **A Atuação Profissional do Serviço Social nas Visitas Assistidas/Supervisionadas no Fórum de Franca/SP.** 60ª Reunião Anual da SBPC. Julho de 2008, Franca/SP. In: <http://sbpcnet.org.br/livro/60ra/resumos/resumos/R3488-1.html> Acesso em: 11/11/2009.

SIMÕES, Carlos. **Curso de direito de Serviço Social.** 2008.

SOUZA, Raquel Pacheco Ribeiro de. Os filhos da família em litígio judicial. Uma abordagem crítica. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 13, n. 2129, 30 abr. 2009. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=12721> Acesso em: 16 jun. 2010.

TOLOI, Maria Dolores Cunha. **Filhos do divórcio: como compreendem e enfrentam conflitos conjugais no casamento e na separação.** Tese apresentada ao curso de pós-graduação em psicologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo como requisito parcial para obtenção do título de doutor em Psicologia Clínica. São Paulo, 2006.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Processo Penal**, volume 2. 28. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2006.

TRINDADE, Rosa Lúcia Prêdes e SOARES, Ana Cristina Ferreira. **Saber e Poder profissional do assistente social no campo sócio-jurídico.** XIV Congresso

Brasileiro de Sociologia, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em [http://starline.dnsalias.com:8080/sbs/arquivos/15\\_6\\_2009\\_8\\_36\\_10.pdf](http://starline.dnsalias.com:8080/sbs/arquivos/15_6_2009_8_36_10.pdf) Acesso em: 23/12/2009.

VASCONCELLOS, A. M. de. **A prática do serviço social – Cotidiano, formação e alternativas na área da saúde**. São Paulo: Cortez, 2002.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito civil: direito de família**. São Paulo: Atlas, 2003.

VIANNA, Adriana de Resende Barreto. **O mal que se adivinha**. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1999.

VICENTE, Cenise Monte. O direito à convivência familiar e comunitária: uma política de manutenção do vínculo. In: KALoustian, Silvio Manoug. **Família Brasileira, a Base de Tudo**. 4. ed. São Paulo: Cortez, Brasília, UNICEF, 2005. Disponível em: <http://www.abmp.org.br/textos/332.htm> Acesso em: 17/09/2009.

YAZBEK, Maria Carmelita. **O significado sócio-histórico da profissão**. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e competências profissionais**. Brasília CFESS/ABEPSS, 2009.

ZANETTI, Isabel. **Serviço Social Judiciário: Perícia Social e os rumos da profissão**. Disponível em: <[www.abepss.ufcs.br/CO\\_sociojur.htm](http://www.abepss.ufcs.br/CO_sociojur.htm)> Acesso em: 01/10/2009.

<http://www.masslegalhelp.org/portuguese/children-and-families/child-custody-and-visitation> Acesso em: 11/11/2009.

<http://www.freelegaladvicehelp.com/Portuguese/family-law/visitation/Supervised-Visitation-Guidelines.html> Acesso em 11/11/2009.

<http://www.tj.sc.gov.br/institucional/diretorias/drh/secacomfunc/atribuicao/assistentesocial.htm> Acesso em: 11/11/2009.

**ANEXO A****POEMA: "A LIBERDADE NO HORIZONTE"**

Será a liberdade uma miragem?  
Ou, todos nós a poderemos alcançar?  
Tu é que sabes, se queres seguir a viagem  
Ou se preferes continuar a suspirar.

Será a liberdade uma fantasia?  
Um sonho? Uma alegria?  
Ou é a ausência destas mesmas  
Que nos faz andar como lesmas!

Desde então, muitas Primaveras passaram  
E, o Sol deixou de brilhar  
Os Homens se transtornaram  
E, as leis acabaram por aceitar.

Surge o código penal  
Tantas leis para cumprir,  
Foge o Homem banal  
Ficou o duro, pois pensa que vai conseguir.

Não é fácil a decisão  
As leis vamos cumprir, ou não?  
A liberdade foi em vão  
Pois, hoje, tudo é uma obrigação.

Do Direito ouvimos falar:  
Direito à igualdade; Direito à expressão.  
Todos queremos argumentar  
Sobre esta tentação.

Mas, cabe ao Tribunal a decisão

De punir ou não!

Com a liberdade continuamos a sonhar

E, um dia o horizonte havemos de alcançar!

A liberdade é realmente uma fantasia, porque não temos a liberdade total de escolhas, há sempre condicionantes que coordenam a liberdade da nossa vida. O único sítio onde existe a liberdade total é nos sonhos...

“As liberdades não se concedem, conquistam-se!”

(autor desconhecido)



**ANEXO B****MODELO ESTUDO SOCIAL DO JUDICIÁRIO CATARINENSE****ESTUDO SOCIAL**

**Autos nº [Número do Processo]**

**Ação: [Classe do Processo no 1º Grau]/[Procedimento do Processo no 1º Grau]**  
**[Tipo Completo da Parte Ativa Principal]: [Nome da Parte Ativa Principal ]**  
**[Tipo Completo da Parte Passiva Principal]: [Nome da Parte Passiva Principal ]**

**Procedimentos Utilizados:**

- ☐ Entrevistas
- ☐ Visitas Domiciliares
- ☐ Contato com Colaterais

**1 - Identificação das Partes:**

**1.1 - Ele:**

Nome: \*  
Filiação: \*  
Naturalidade: \*  
Data de Nascimento: \*  
Estado Civil: \*  
Profissão: \*  
Grau de Instrução: \*  
Rendimentos: \*  
Endereço Residencial: \*  
Endereço Profissional: \*  
CPF: \*  
RG: \*

**1.2 - Ela:**

Nome: \*  
Filiação: \*  
Naturalidade: \*  
Data de Nascimento: \*  
Estado Civil: \*  
Profissão: \*  
Grau de Instrução: \*  
Rendimentos: \*  
Endereço Residencial: \*  
Endereço Profissional: \*  
CPF: \*  
RG: \*

**2 - Dados da Família:**

Tempo de Casamento/Convivência: \*  
Nome e Idade do(a)s Filho(a)s: \*

Renda Familiar: \*

Condições de Moradia: \*

**3 - Identificação da Criança/Adolescente:**

Nome: \*

Filiação: \*

Naturalidade: \*

Data de Nascimento: \*

**4 - Antecedentes:**

\*

**5 - Pensão Previdenciária e/ou Bens a Administrar:**

\*

**6 - Desenvolvimento:**

\*

**7 - Parecer Técnico:**

\*

**8 - Observações:**

\*

[Município da Vara] (SC), [Data do Sistema por Extenso].

[Usuário do Sistema]  
Assistente Social